



VIVA O COMUNISMO !

Numero 4
Maio 1971

Sumário

- página 2 A invasão da República da Guiné e o colonialismo marcelista
- página 12 Tópicos para uma análise do movimento de libertação dos negros norte-americanos
- página 18 "À esquerda de Cunhal" todos os gatos são pardos (continuação) — 2ª Parte: A degenerescência dogmática — origem e efeitos (de princípios de 1966 a fins de 1968)

jornal teórico dos Comités Comunistas Revolucionários
Marxistas-Leninistas

A INVASÃO

DA REPÚBLICA DA GUINÉ

E

O COLONIALISMO MARCELISTA

I - OS ACONTECIMENTOS

Antes de analisarmos as causas desta aventura militar e de extrairmos as suas lições, devemos esboçar a traços largos o desenrolar dos acontecimentos.

A) A invasão

Na noite de 21 para 22 de Novembro de 1970, seis barcos da armada portuguesa (duas lanchas, escoltadas por quatro lanchas-patrolha) largam da Guiné-Bissau rumo a Conakry, capital da República da Guiné. Levam a bordo cerca de 350 homens: trezentos negros e brancos maquilhados de negro, sendo os negros naturais da Guiné-Bissau e os brancos soldados do exército colonialista português, e cinquenta elementos reaccionários naturais da República da Guiné.

A altura do ano fôra criteriosa

mente escolhida. A noite era bastante escura, porque a lua estava no quarto minguante; como era o fim da estação das chuvas, Conakry estava envolta em espesso nevoeiro; noite de sábado para domingo, e além disso mês do Ramadam, a população da cidade levantar-se-ia mais tarde; por outro lado, nesta época a quase totalidade do exército está no interior para ajudar os camponeses nas colheitas.

Geograficamente, Conakry apresenta particularidades importantes para a compreensão da táctica dos invasores. A cidade fica situada numa ponta rochosa que entra pelo mar numa extensão de uma dezena de quilómetros; estendendo-se ao longo desse cabo, Conakry é particularmente vulnerável para qualquer invasor vindo do mar. Fora do porto, a costa só é abordável por barcos de fun

do chato, canoas pneumáticas, por exemplo; assim, os invasores terão sempre de desembarcar divididos em pequenos grupos. Estas duas características determinaram a tática empregue pelos invasores: desembarque simultâneo de pequenos grupos separados que se dirigiram imediatamente para os objectivos estratégicos espalhados ao longo do cabo; um, para o aeroporto, no ponto de ligação do cabo com o resto da costa, para impedir que se efectivasse uma rápida ajuda por parte dos países amigos da República da Guiné; outro, para a extremidade oposta, para se apoderar do porto; outro dirigir-se à residência do presidente Sékou Touré para o aprisionar; outros grupos libertariam elementos reaccionários presos em campos militares; outro grupo atacaria as instalações do PAIGC e prenderia Amílcar Cabral (que, aliás, não estava na altura em Conakry) e outros dirigentes; a rádio e a central eléctrica seriam os restantes objectivos. Uma característica geográfica era, no entanto, desfavorável aos invasores: só de cerca de dez em dez horas a maré permite a acostagem das embarcações. Em caso de insucesso, os invasores só poderiam reembarcar dez horas após o desembarque.

Desembarcados antes do nascer do sol, os invasores conseguem ocupar alguns dos objectivos: os campos militares de Samory e Boiro e a central eléctrica. Atacada a residência de Sékou Touré, como este lá não se encontrasse, incendiaram-na. Logo de início, os insucessos foram importantes: os invasores não conseguiram ocupar nem o aeroporto, nem a rádio, nem a caserna da polícia.

Entretanto, aviões de caça portugueses sobrevoavam a cidade, lançando algumas bombas. Se a operação dos comandos invasores tivesse resultado, estava prevista a largada de paraquedistas.

Na ausência do exército, a resis-

tência deveu-se às milícias, ao povo da República da Guiné, ao qual foram distribuídas armas, e aos militantes do PAIGC que se encontravam na altura em Conakry. Rápidamente essa resistência se organizou, de forma que ao meio-dia contra-atacava com êxito. Ao princípio da tarde, todos os pontos estavam reconquistados. Derrotados, os invasores não podem fugir, visto terem ainda de esperar pela maré. Na impossibilidade de resistir, uma centena foge para o interior, em direcção à cidade de Kindia, onde serão definitivamente esmagados dois dias depois.

Na manhã de 23 de Novembro repetiu-se o ataque, tal como na manhã de 24. Mas o efeito da surpresa tinha passado e os invasores foram mais facilmente ainda postos em fuga.

A 26 e 27 de Novembro, tropas colonialistas portuguesas atacam por terra a República da Guiné, nas regiões de Koundara e Gaoual, mas nem por aí foram melhor sucedidas.

No dia 6 de Dezembro, o presidente Sékou Touré afirma que as forças invasoras infiltradas no território da República da Guiné podem ser consideradas aniquiladas.

Dos invasores portugueses, alguns ficaram prisioneiros, entre os quais um capitão e um tenente. Ficaram também prisioneiros muitos dos mercenários africanos originários da Guiné-Bissau, bem como a maior parte dos elementos reaccionários naturais da República da Guiné.

Quando, em 24 de Janeiro deste ano, o povo da República da Guiné, num belo acto de firmeza revolucionária, executou muito justamente os criminosos invasores e os seus cúmplices, foram executados também seis criminosos mercenários portugueses: Serra, Francisco José, António Correia, João Moreira, Paulo Lua e Miguel Lama. A imprensa portuguesa, evidentemente, não referiu estas condenações.

(cont. nas pags. seguintes)

B) Os precedentes da invasão e os seus preparativos imediatos

Nos últimos anos, eram frequentes as incursões das tropas colonialistas portuguesas no território da República da Guiné.

Em 19 de Setembro de 1970, num discurso comemorativo do XIV aniversário da fundação do PAIGC, Amílcar Cabral afirma: "Neste momento, centenas de renegados e criminosos originários da República da Guiné são treinados em Bissau para pretensas acções contra o povo irmão desta terra livre e independente, de África. Mas que fiquem sabendo os mercenários de todas as origens que pretendem agir contra a República da Guiné: eles não passarão. E aqueles, africanos ou não, que se juntam aos criminosos colonialistas portugueses, estão condenados à derrota e a cobrir-se de vergonha. A tentativa de perturbar a unidade, a paz e a segurança da República da Guiné vai saldar-se, de certeza, para os colonialistas portugueses, por uma derrota ainda mais vergonhosa do que aquela que sofreram na sua criminal intervenção no problema do chamado Biafra". Efectivamente, seis dias mais tarde, o presidente Sékou Touré anuncia a prisão de mercenários estrangeiros na República da Guiné e a descoberta de uma conspiração. Esses mercenários haviam sido treinados em Bissau. Um dos seus instrutores fôra Jean Schramme, antigo comandante dos mercenários belgas no Katanga e que agora — oh simbolismo! — tem um negócio de porcos em S. Pedro do Sul.

Mas as invasões de 22, 23 e 24 de Novembro foram mais cuidadosamente planeadas, e a um mais alto nível. Da preparação e planificação das operações encarregaram-se pessoalmente o general Spínola, governador da Guiné, e o comodoro Lucia no Ferreira Bastos. O comando da invasão coube ao capitão-tenente Guilherme Calvão. Pouco tempo antes da

invasão, todos eles estiveram em Lisboa, onde conferenciaram com Marcelo Caetano.

É o momento de apresentarmos duas novas personagens — os irmãos Zoio, que controlam economicamente grande parte da Guiné e que se dedicam, sob a capa de uma empresa chamada "Norte Importadora" (Avenida da República, 94, 1º, Lisboa 1; telefones: 77.60.79 e 77.60.77), ao tráfico de armas, o qual entre outras coisas confere honrarias suplementares, visto que um dos Zoio foi, em Setembro de 1967, agraciado com um título nobiliárquico italiano concedido pelo governo federal alemão! A pedido do governo de Marcelo, os manos Zoio arranjaram armas soviéticas, com as quais foram armados os invasores. Esta a razão por que os mercenários possuíam espingardas-metralhadoras AKA, do último modelo.

Por outro lado, algumas semanas antes da invasão, a fábrica de material de guerra de Braço de Prata produziu uma série de granadas sem marca de fabrico.

Até aqui, narrámos os factos e os seus antecedentes imediatos. Vejamos agora as suas razões políticas e os motivos por que tão sábios generais, tão expeditos traficantes e tão hábil governo foram derrotados por um povo que possui — somente... — a vontade da independência e a determinação de ser livre.

II - PORQUÊ ESTA INVASÃO?

A invasão da República da Guiné resultou da acção conjunta de diversas contradições.

A) A contradição entre as grandes potências imperialistas e o povo livre da República da Guiné

Este é um aspecto particular da contradição geral entre o imperialismo e o vasto movimento de libertação dos povos oprimidos. Nesta caso particular, esta contradição ex

prime-se em três facetas:

Interesses económicos: predomi-
nantemente agrária (80% da popula-
ção trabalha na agricultura), a Re-
pública da Guiné tem no entanto
grandes riquezas potenciais, nomea-
damente uma das maiores reservas
mundiais de bauxite, minério que es-
tá na base do fabrico do alumínio.
Os imperialistas fizeram considerá-
veis investimentos neste sector: os
Estados Unidos, nas minas de bauxi-
te de Boké, perto da fronteira Nor-
te; é uma zona militarmente pouco
segura para os imperialistas, por-
que fronteira com a parte Sul da
Guiné-Bissau, já libertada pelo
PAIGC. Não espanta, por isso, que
os imperialistas sonhem em torná-la
"segura". Também os franceses, in-
gleses e alemães têm fortes interes-
ses na República da Guiné: a FRIA,
que trabalha até 480.000 toneladas
de alumínio por ano, tem o seu capi-
tal repartido da seguinte maneira:
Péchiney (França) detém 22,9%; Ugi-
ne-Kuhlmann (França), 7,3%; Olin
Mathieson, 38,5%; British Aluminium,
10%; Aluminium Suisse, 10%; Ver-
einigte Aluminium Werke, 5%. Este
aspecto tem ainda de ser integrado
num problema mais vasto: o bloco ca-
pitalista europeu, que se concentra
no "mercado comum", precisa de agre-
gar a si o continente africano como
fonte indispensável de matérias-pri-
mas, para o que estabelece acordos
com os governos africanos reaccioná-
rios e trata de fomentar golpes de
Estado nos países onde existem regi-
mes progressivos.

Interesses políticos: o governo
da República da Guiné é um dos pou-
cos regimes africanos a prestar com-
pleto apoio aos movimentos de liber-
tação e a assumir uma atitude de in-
dependência face às grandes potên-
cias imperialistas. Por isso, derru-
bar o governo do presidente Touré e
substituí-lo por um governo-fantoché
é, para os imperialistas, a condi-
ção para explorarem à sua vontade a
riqueza da República da Guiné e a

força-de-trabalho do seu povo, e
uma ameaça que fariam pesar sobre
os outros regimes progressivos afri-
canos.

Interesses estratégicos: o con-
junto Guiné (Bissau)-Cabo Verde é
de grande importância para os impe-
rialistas. Primeiro, estabelece a
ligação entre o bloco colonialista
africano (África do Sul, Angola e
Moçambique, Rodésia) e os países ca-
pitalistas do Norte do Atlântico
(os Estados Unidos e os restantes
membros da NATO). Segundo, estabele-
ce a ligação entre o bloco colonia-
lista africano e os regimes reaccio-
nários da costa atlântica da Améri-
ca do Sul (nomeadamente o Brasil).
Assim, a existência de um regime
reaccionário na República da Guiné
constituiria um apoio importante à
estabilidade do conjunto Guiné (Bis-
sau)-Cabo Verde.

Por isso, o ataque à República
da Guiné, se bem que preparado e
efectivado pelo governo colonialis-
ta português, teve a simpatia e o
apoio das grandes potências imperia-
listas e da grande burguesia de to-
do o mundo. Esse apoio foi descar-
ado em dois aspectos: na ONU, as po-
tências imperialistas impediram que
fosse tomada qualquer decisão rápi-
da, para que o governo português ti-
vesse tempo de levar a cabo as ope-
rações planeadas. A imprensa burge-
sa de todo o mundo lançou contra a
República da Guiné uma campanha de
calúnias, tentando ocultar sistemá-
ticamente os factos que provam a
responsabilidade do governo colonia-
lista português.

Estes foram os sintomas mais evi-
dentes. Mas os aspectos mais impor-
tantes desse apoio são outros. Evi-
dentemente que nos é impossível sa-
ber o que se passa nas conversações
diplomáticas secretas; podemos, no
entanto, notar alguns factos suges-
tivos. Em 17 de Dezembro de 1969, o
cônsul-geral da França em Lisboa vi-
sita Bissau e, em 11-14 de Junho de
1970, o ministro dos Negócios Es-

A República
trangeiros francês visita Lisboa. Ora, convirá não esquecer que a França é um dos principais fornecedores de armas a Portugal, principalmente de helicópteros, e que é mesmo em virtude dessa venda de armas que a balança comercial entre os dois países é tão favorável à França. Além disso, o governo francês já fomentou diversas conspirações na República da Guiné. Em 1965, um ex-ministro das colónias, Louis Jacquinot, esteve implicado numa delas. E não é segredo o papel desempenhado pelo actual ministro e chefe da polícia secreta, Focart, na invasão de Novembro. Entre estas duas visitas referidas, W. Rogers, secretário de Estado norte-americano, visita Lisboa (29-31 de Maio de 1970) e o ministro dos Negócios Estrangeiro português retribui essa visita, indo a Nova Yorke em princípios de Novembro. Segundo as próprias declarações do ministro foram abordados então os problemas da guerra em África, e note-se a presença nas conversações de um especialista americano da rapina imperialista em África, C. R. Moore, vice-assistente do secretário de Estado para os assuntos africanos. Por outro lado, Horst Ehmke, ministro de Estado do governo social-imperialista alemão, que, de todos os governos europeus, é o que maior apoio dá aos políticos guineenses reaccionários no exílio, deslocou-se em 4 de Outubro de 1970 a Lisboa, onde conferenciou durante sete horas com Marcelo. Conferência altamente secreta, que não teve qualquer divulgação, não sendo sequer anunciado o assunto das conversações. Curiosa coincidência, Ehmke é o ministro responsável pelas actividades do BND (Serviço Federal de Informações), ou seja, a polícia secreta da Alemanha Federal, que emprega declaradamente 5.000 pessoas na Alemanha e no estrangeiro e tem um orçamento declarado de 100 milhões de marcos por ano, o que representa cerca de 800 mil contos. Re-

centemente, no parlamento alemão, Ehmke mostrou-se partidário de uma extensão das actividades da polícia secreta. Note-se, finalmente, que num documento destinado a conservar-se secreto (o que não conseguiu...), o "conselho do partido conservador (britânico) para os assuntos do Commonwealth e do Ultramar" recomendava a política seguinte: "Será preciso também reexaminar amigavelmente as vias e os meios para utilizar a aliança anglo-portuguesa para estabelecer acordos de defesa eficazes e mutuamente vantajosos no Atlântico Sul. É pertinente, neste contexto, pensar nas possibilidades marítimas dos portos da Beira (Moçambique), Lobito (Angola) e de Cabo-Verde" (publicado em Africasia nº 20, 1970).

A luz dos acontecimentos de Novembro passado, este encadeado diplomático aparece-nos bastante claro.

Mas toda a actuação da burguesia tem um reverso da medalha — e é esse o seu aspecto determinante. Ao pretender derrubar os regimes que não se vergam às imposições da grande burguesia internacional, o imperialismo obriga esses regimes a apoiarem-se mais nas massas trabalhadoras, o que leva a uma radicalização da luta de classes nesses países. Em consequência deste processo, o poder das massas trabalhadoras fica mais solidamente estabelecido, o seu controle sobre o aparelho de Estado e as decisões económicas aumenta, criam-se milícias populares armadas que mantenham a vigilância sobre as classes reaccionárias e os agentes do imperialismo, etc. O processo dos mercenários invasores, dos espões e dos políticos reaccionários guineenses que com eles colaboraram, que tanto aterrorizou os imperialistas e a burguesia de todo o mundo, teve um valor exemplar: realizado ao nível das 8 mil células do Partido Democrático da Guiné, foi um processo efectivamente popular.

As grandes potências imperialistas, através do governo colonialista português, quiseram derrubar o regime progressivo do presidente Sékou Touré. Hoje, Sékou Touré apoia-se mais consistentemente nas massas trabalhadoras, lançou uma grande depuração nos meios políticos reaccionários, eliminou os quadros reaccionários do exército, e o poder das massas trabalhadoras e das milícias populares cresceu.

É assim que o imperialismo, para fugir à morte certa que o ameaça, abre a cova em que o havemos de enterrar.

B) A extensão da guerra, para "acabar com a guerra" — eis a lógica imperialista

Quando o colonialismo português, no século XV, invadiu a Guiné e escravizou os seus povos, estes, até aí divididos pelas lutas tribais, encontraram a unidade face ao opressor comum. O colonialismo criou os agentes da sua própria destruição. Hoje, o colonialismo português tenta vãmente opôr-se à unidade dos povos da Guiné e de Cabo-Verde e impedir a sua independência. Quanto mais ele combater essa unidade, mais ela se reforçará, até à vitória final. Os colonialistas não podem ver que a luta de libertação de um povo durará tanto tempo quanto durar essa opressão colonial e pensam por isso que as causas da luta residem em factores externos, por exemplo, em uma ou duas bases existentes em países vizinhos. É esta a lógica dos imperialistas: não reconhecem que a razão da luta de libertação de um povo está nas contradições internas de uma situação, porque reconhecê-lo era confessar que a contradição tinha de ser resolvida, ou seja, que o colonialismo tinha de ser esmagado. E nenhuma classe se suicida. É por isso que, para "acabar com a guerra", decidem atacar o país vizinho. Não só não resolvem a contradição existente, co-

mo criam contradições novas. Para "acabar com a guerra", alastram a guerra. É a mesma lógica do governo dos Estados Unidos, alastrando a guerra ao Vietnam do Norte para "acabar com a guerra" no Vietnam do Sul, alastrando a guerra ao Cambodja para "acabar com a guerra" no Vietnam, alastrando a guerra ao Laos para "acabar com a guerra" no Vietnam e no Cambodja...

É a lógica fatal do imperialismo, em resultado da qual se torna mais sólida a união entre os diversos povos, irmanados na luta comum contra o imperialismo. Criar cada vez mais inimigos, e enfraquecer-se cada vez mais, unir cada vez mais os seus inimigos, e desagregar-se cada vez mais, é esta a lógica do imperialismo.

C) A política marcelista implica o prosseguimento deste tipo de aventuras militares

O marcelismo é a estruturação de uma política que, como tendência, já se desenhava nos últimos tempos de Salazar. A evolução da grande indústria capitalista impôs à burguesia portuguesa a necessidade de uma nova plataforma de alianças, que se caracteriza pela aliança de um centro (Marcelo) com os tradicionalistas e os "ultras", por um lado e, por outro, com a social-democracia, sem que tradicionalistas e social-democratas se aliem entre si. A base desta nova plataforma de alianças — o desenvolvimento da grande indústria capitalista — implica o aumento da exploração da força-de-trabalho da classe operária e o consequente agravamento da repressão política sobre a classe operária e as massas trabalhadoras.

Esta nova plataforma de alianças da burguesia implica a manutenção das colónias e o prosseguimento da guerra colonial. Mas, se o marcelismo é a continuação da política colonial, é também uma nova política colonial. Esta caracteriza-se pela

aliança com as camadas africanas mais reaccionárias: os chefes tradicionais, as camadas feudais, e certos sectores da burguesia africana, onde esta exista. Está dentro desta linha a proposta de revisão constitucional apresentada por Marcelo Caetano em 2 de Dezembro do ano findo.

Dentro desta política, a Guiné tem um valor de exemplo, pela sua pequena superfície. A aliança com as camadas africanas mais reaccionárias implica a necessidade de dar às colónias um determinado tipo de desenvolvimento económico, que fortaleça as posições da burguesia africana, mantendo no entanto as colónias na inteira dependência económica da metrópole. Assim, há a necessidade de incentivar o comércio, de criar certas indústrias transformadoras de produtos agrícolas, etc. Esse tipo de desenvolvimento económico implica, para o seu arranque, disponibilidades de crédito. Parte será fornecida pelos bancos privados, nomeadamente, entre os portugueses, o Banco Nacional Ultramarino, parte pelo governo. Mas, se nem uns nem o outro têm a possibilidade de transformar desse modo toda a economia de toda uma colónia da extensão de Angola ou Moçambique, a pequena superfície da Guiné permite utilizá-la como experiência exemplar da nova política colonial.

Isto nos planos do governo, claro está. Das suas possibilidades ou impossibilidades de realização dirá alguma coisa este artigo, e dizem muito mais as vitórias do PAIGC na sua luta pela libertação da Guiné e de Cabo Verde!

Essa aliança com as camadas africanas reaccionárias implica também uma política de cisão das diversas raças, que tente consolidar o prestígio dos chefes tradicionais e usá-los efectivamente como agentes da opressão colonial. Por isso, os chefes tradicionais da Guiné passaram

a receber do governo colonialista um vencimento mensal fixo cuja em cargo anual monta a 900 contos.

Ainda dentro desta política de aliança com as camadas africanas mais reaccionárias se integram as cisões fomentadas pelo governo de Bissau no seio do PAIGC. Os sucessos são limitados, tanto mais que os elementos cisionistas estavam presos, e pela liberdade venderam a sua honra. Mas é evidente que mais facilmente se vendem ao governo colonialista os elementos reaccionários, assustados com o facto de o PAIGC defender efectivamente os interesses das massas trabalhadoras da Guiné e Cabo Verde.

Se esta aliança com as camadas africanas reaccionárias caracteriza o colonialismo marcelista, ela não é produto da vontade de Marcelo. Deve-se, sim, à evolução do processo revolucionário da luta de libertação dos povos coloniais. À medida que essa luta prossegue, vai-se radicalizando. A cada nova vitória, as massas trabalhadoras das colónias melhor se apercebem do seu papel histórico, e mais se cava a cisão entre elas e as camadas reaccionárias que, para manterem os seus privilégios, traem a causa da liberdade do seu povo e vendem-se aos colonialistas. Por isso, a aliança dos colonialistas com as camadas africanas reaccionárias exprime, na realidade, o reforço das massas trabalhadoras, que passam elas a conduzir o processo revolucionário. Os colonialistas apresentam essa aliança como uma prova da sua força. Trata-se, na realidade, de um prenúncio da sua derrocada.

Se a necessidade de estabelecer essa aliança significa, para os colonialistas, que a hora da derrota está próxima, o desenvolvimento da aliança mais não fará do que apressar essa derrota. Primeiro, essa aliança radicalizará mais ainda a luta de classes, desmistificará os elementos reaccionários e apre-

sentará aos olhos de todo o povo as classes trabalhadoras como as verdadeiras condutoras da luta de libertação da Guiné e de Cabo Verde. Segundo, ao criar os referidos tipos de indústria, os colonialistas estão a criar um proletariado que irá dar consistência ao ímpeto revolucionário das classes trabalhadoras da Guiné e Cabo Verde.

A aliança dos colonialistas com as classes africanas reaccionárias implica o prosseguimento deste tipo de aventuras militares. Ao mesmo tempo que estabelecem uma aliança interna com as camadas africanas reaccionárias, os colonialistas portugueses vão procurar aliar-se externamente com os regimes africanos reaccionários e com movimentos reaccionários de oposição a regimes progressivos. Actualmente, processa-se em toda a África um movimento de aliança entre os regimes reaccionários africanos e os regimes colonialistas, em virtude do referido processo de agravamento da luta de classes. Enquanto Felix Houphouët-Boigny, presidente da República da Costa do Marfim, com o apoio do governo da República malgache, propõe a realização de uma conferência cimeira africana para estudar o processo de estabelecimento de relações com o governo colonialista da República sul-africana e com o governo colonialista português, Léopold Senghor, presidente da República do Senegal, vai mantendo conversações mais ou menos secretas com o governo de Lisboa. Na referida tentativa de golpe de Estado de 1965 contra o governo do presidente Sékou Touré, os dirigentes da Costa do Marfim foram cúmplices activos do governo francês. Em Julho de 1970, foram recrutados no Senegal mercenários que, treinados em Bissau, haviam de tentar invadir a República da Guiné em Setembro desse ano, como atrás referimos. E, no momento das invasões de Novembro passado, o governo

do Senegal apressava-se a fazer convergir para a fronteira com a República da Guiné os 2.000 soldados que a França mantém estacionados no Senegal, só não o fazendo ao ver, por um lado, o insucesso da invasão e, por outro, temendo a reacção das massas populares africanas e dos regimes progressivos africanos.

A política de aliança com os movimentos reaccionários africanos de oposição a regimes progressivos leva os colonialistas portugueses a apoiarem e fomentarem aventuras que visem derrubar os regimes progressivos e substituí-los por governos-fantoches. Como tendência, a organização de provocações contra certos regimes africanos data do governo de Salazar, implicado na manutenção dos Estados-fantoches do Katanga, do Biafra, etc. Mas estas acções diferem da política marcelista em dois pontos importantes: primeiro, o governo colonialista de Salazar limitou-se a apoiar acções conduzidas por outros governos colonialistas, aliando-se mais a estes do que propriamente aos movimentos africanos reaccionários; segundo, não se tratava de uma necessidade estrutural da política colonial salazarista. Hoje, essas provocações e aventuras militares fazem parte da própria estrutura da política colonial de Marcelo Caetano. Provocações armadas, infiltrações de tropas, treino de mercenários ao serviço de políticos guineenses reaccionários exilados em Bissau, construção de uma nova emissora, com equipamento de 100 Kw e num custo total de 13.000 contos, que emite programas para a República da Guiné em nome de uma pretensa "frente de libertação" da República da Guiné — todos estes actos se inserem dentro da linha política que necessariamente conduziu à invasão de Novembro.

Quanto maiores forem as vitórias obtidas pelas lutas de libertação, mais se estreitará a aliança entre as camadas reaccionárias africanas

e o governo colonialista português, mais os colonialistas portugueses procurarão fomentar golpes de Estado contra os governos africanos progressivos, apoiando os políticos reaccionários desses países. A invasão da República da Guiné foi, até hoje, o acto mais expressivo de uma linha que o colonialismo marcelista terá fatalmente de seguir.

Enganam-se aqueles que pensam que estas aventuras militares são apanágio dos tradicionalistas e dos "ultras". Supôr a invasão de Novembro característica da actuação dos tradicionalistas e dos "ultras" é insinuar que ela contrariou a linha política marcelista, e ilibar assim a social-democracia das suas responsabilidades, ou insinuar que nenhuma diferença há entre o salazarismo e o marcelismo, o que é uma forma de, negando a aliança do governo com a social-democracia, negar as responsabilidades desta na política governamental. É a posição de certa social-democracia chamada "de esquerda", que culpa os "ultras" por estas aventuras militares, ocultando que elas são a consequência directa e necessária da política colonial do marcelismo, de que a social-democracia é um dos inspiradores. Estes senhores seguirão sempre à cauda do cortejo, bradando que quem rem a linha política, mas sem as suas consequências. Hipocrisia utópica que constitui para a governo uma abençoada demagogia com que se disfarça.

O crescimento da grande indústria capitalista portuguesa impôs ao governo a aliança com a social-democracia e a manutenção da aliança com os tradicionalistas e os "ultras". Esta nova plataforma de alianças impõe a necessidade de prosseguir a guerra colonial, mas também a necessidade de inaugurar uma nova política colonial, caracterizada pela aliança com as camadas africanas reaccionárias e pelo apoio activo aos movimentos reaccionários

africanos de oposição aos regimes progressivos, ou seja, uma política de provocações e aventuras militares. Não existem aqui duas linhas políticas em conflito, mas uma só linha política. E a liberdade de expressão de que a social-democracia portuguesa hoje goza é uma consequência tão genuína dessa linha política como o é a agressão a Conakry em Novembro passado.

Agravar a luta de classes no interior do país, acentuando a repressão sobre a classe operária e abrindo à social-democracia as portas do governo. Agravar a luta de classes nas colónias, prosseguindo a guerra colonial e aliando-se com as camadas reaccionárias africanas. Agravar a luta de classes no exterior, organizando provocações militares contra os regimes progressivos africanos para tentar impôr governos-fantoches compostos por políticos reaccionários e corruptos. Estreitar a solidariedade internacionalista entre o proletariado e as massas trabalhadoras de Portugal, os povos oprimidos das colónias, e os povos oprimidos de todo o mundo. Reforçar cada vez mais as armas que o hão-de destruir — é esta a contradição fundamental do marcelismo, regime da burguesia portuguesa na hora do declínio.

III - DUAS LIÇÕES A TIRAR

Extraír a lição dos acontecimentos, para guiar a acção da classe operária, é o dever dos Comités Comunistas Revolucionários. Que nos ensina o ataque à República da Guiné?

A) Devemos distinguir a força aparente da força real

O agravamento da luta de classes leva a burguesia a estabelecer uma plataforma de alianças mais estreita com todas as outras classes reaccionárias. Com isso, a burguesia quer fazer crer que redobrou de for

ça. Mas essa aliança é o sintoma da sua agonia e só lhe apressará a morte. As tendências políticas reaccionárias que podiam ainda cobrir-se com uma demagogia "progressista" desmistificam-se então face às massas populares. A classe operária afirma-se como a única integralmente revolucionária, e o partido da sua vanguarda, o partido comunista revolucionário, como o condutor do processo revolucionário. A cada nova vitória da classe operária se agravarão as contradições entre as diversas tendências reaccionárias aliadas, e a cada vitória do proletariado segue-se outra vitória maior, e a cada derrota da burguesia outra se segue, mais grave ainda.

Hoje, a burguesia apresenta como uma força o governo de Marcelo Caetano. Mas é uma força aparente. A força real, essa, é a da classe operária!

B) Não devemos confundir a agonia final com uma morte pacífica

Quanto mais perto a burguesia estiver do fim, mais feroz se tornará, lançando mão de todos os meios que atrasem um dia que seja a derrota final.

Os revisionistas e os dogmáticos dizem que a libertação das colónias arrastaria automaticamente a queda do fascismo em Portugal. Deste modo, traem o internacionalismo proletário, apelando para a passividade das massas populares e deixando os povos das colónias sem a ajuda do mo-

vimento revolucionário português. E procuram conduzir a classe operária à derrota — porque a libertação das colónias, se fôr obtida antes da conquista do poder pela classe operária, sendo um gravíssimo insucesso para a burguesia portuguesa, dará início a um surto de violência contra-revolucionária, conduzida especialmente pelos ex-colonos arruinados, e inaugurará um período de repressão ferocíssima e de agudização da luta de classes. A classe operária e os camponeses devem unir-se estreitamente com os povos oprimidos em luta, que são os seus mais preciosos aliados no combate contra a burguesia. Mas não devem esquecer que a cada vitória obtida a burguesia responderá redobrando de violência, com a raiva que lhe vem do desespero e da morte próxima. Por isso, só um partido comunista revolucionário solidamente organizado, altamente clandestino, estreitamente ligado à classe operária, saberá responder à violência contra-revolucionária com a violência revolucionária, ao incremento da fúria da burguesia com o reforço da luta do proletariado, em golpes cada vez mais duros, até à vitória. A burguesia morrerá, mas não morrerá tranquilamente. Quanto mais se afundar, mais terrível parecerá. Até à sua liquidação definitiva, a classe operária deve combatê-la impiedosamente e com uma força sempre crescente. Dizia Liu Shiun, é preciso bater no cão que se afoga!

TÓPICOS PARA UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS NEGROS NORTE-AMERICANOS

Porque é que a classe operária é internacionalista? O que é o internacionalismo proletário?

A expansão do modo de produção capitalista teve como consequência generalizar a todo o mundo a luta entre a burguesia e o proletariado e tornar essa luta, em todos os pontos do globo, como a forma fundamental e determinante da luta de classes. Por isso, a luta do proletariado é uma luta à escala mundial, uma luta internacionalista que não se restringe às fronteiras de cada um dos países. As fronteiras políticas como as conhecemos hoje foram uma criação da burguesia no seu período de ascensão, quando lutava contra a fragmentação feudal. Mas foi o próprio crescimento do capitalismo que tornou essas fronteiras, de estímulos económicos, em prejudiciais entraves, que cumpria portanto eliminar. Embora mantenha para certos fins tácticos uma ideologia patrioteira, é a grande burguesia quem se tem encarregado nas últimas décadas de arrasar as fronteiras para melhor expandir a produção capitalista. Não cabe ao proletariado defender as retrógradas ideologias patrioteiras. Se o grande capital se desembaraça das fronteiras para melhor explorar os povos de todo o mundo — é esse o "internacionalismo" da burguesia —, a classe operária de todos os países e todos os povos oprimidos devem unir-se para eliminar o "internacionalismo" da exploração, o imperialismo, e para construir o internacionalismo da sociedade sem classes.

Nas publicações dos revisionistas e dos dogmáticos, o internacionalismo proletário resume-se a apêlos formais e moções burocráticas. Partindo de um ponto de vista pequeno-burguês, portanto limitadamente patrio

teiro, são incapazes de compreender o verdadeiro carácter internacionalista da luta da classe operária. Por isso, são incapazes de analisar criticamente as experiências das lutas dos outros povos e do proletariado dos outros países. Pelo contrário, para os comunistas revolucionários o internacionalismo proletário exige que todas as lutas e as organizações que as conduzem sejam analisadas à luz da teoria comunista, para que seja determinada a verdadeira posição desses movimentos e dessas organizações revolucionárias face ao movimento comunista.

Aos comunistas revolucionários, o internacionalismo proletário põe três exigências: 1º) Apoio a todas as lutas revolucionárias. 2º) Apoio a todas as organizações revolucionárias que encabeçam essas lutas. 3º) Constante análise crítica desses movimentos e dessas organizações à luz da teoria comunista.

Só assim, rica de um conhecimento efectivo das experiências dos outros povos, a classe operária portuguesa pode caminhar para uma vitória segura. E só assim a luta da classe operária portuguesa se poderá integrar na vasta luta internacionalista da classe operária e dos povos de todo o mundo contra o imperialismo e o capitalismo, pelo socialismo e pela sociedade comunista.

Na estratégia mundial da luta anti-imperialista, o combate dos negros norte-americanos tem uma grande importância. Os Estados Unidos da América são o bastião do imperialismo mundial, e a luta contra o regime imperialista dos Estados Unidos deve ser prosseguida também no interior da sociedade americana. Os negros norte-americanos constituem hoje a vanguarda indomável dessa luta. Por isso, pareceu-nos necessário dar à classe operária portuguesa alguns elementos que lhe permitam ver a importância da luta dos nossos camaradas negros norte-americanos, bem como as limitações com que essa luta se tem defrontado até hoje, e o caminho da sua superação.

✱

✱ ✱

Aos 22 milhões de negros, constituindo cerca de 11% da população dos Estados Unidos, corresponde 6,5% do rendimento nacional. Com um rendimento per capita (isto é, por pessoa) inferior ao do branco em 1.000 dólares, a sobre-exploração do negro permite à burguesia norte-americana um sobre-lucro de 22 biliões de dólares anuais. 11 milhões de negros (50%) são classificados como pobres pelas estatísticas governamentais, embora fosse mais próximo da verdade afirmar que pelo menos 16 milhões de negros (75%) vivem na pobreza. O rendimento médio de uma família negra é de cerca de 60% do rendimento médio de uma família branca.

Mas essa exploração dos negros traduz-se ainda noutros aspectos não menos lucrativos, nomeadamente: 1º) a redução da prestação de serviços de natureza social (segurança, previdência, assistência, etc.). Segundo as estatísticas, a taxa de nados-mortos é 4 vezes maior para os bebés negros que para os brancos; a taxa de mortalidade infantil durante o primeiro ano de idade para os bebés negros é dupla da taxa correspondente dos bebés brancos. 2º) O relegar dos negros para zonas residenciais de marcadas (os ghettos) onde o alojamento é precário e as rendas proporcionalmente mais altas do que nas zonas residenciais brancas. Segundo as estatísticas, cerca de 44% das habitações dos negros são classificadas como abaixo do standard, enquanto apenas 13% das habitações dos brancos en

tram nesta categoria; além disso, a percentagem da população negra vive do neste tipo de habitação é superior à percentagem da população negra que vive nos restantes 56% das habitações; entre 1960 e 1961, as famílias negras foram obrigadas a gastar proporcionalmente mais cerca de 10% com comida, habitação e vestuário do que as famílias brancas; aos negros exigem-se rendas exorbitantes pelas casas nos bairros miseráveis, sendo sistematicamente roubados por comerciantes corruptos que têm cativo o mercado do ghetto.

A história da luta negra dos Estados Unidos é rica de experiências que, pelas contradições geradas nos diversos movimentos, levam o negro a ganhar progressiva consciência revolucionária. Mas uma análise das características revolucionárias do negro americano é bastante complexa:

Por um lado, constitui poderosa força no mercado de trabalho. Uma breve análise do mercado de trabalho mostra a importância crescente que assume a força de trabalho negra nos Estados Unidos. Na indústria automóvel, que afecta cerca de 14% do mercado de trabalho dos EUA, 35% a 50% da força de trabalho é negra, chegando nalgumas fábricas a ser a maioria. Nas siderurgias, 35% da mão-de-obra é negra; no entanto, com o plano de 2 biliões de dólares de investimentos anuais, previsto para a década de 70, prevê-se que a presente força de trabalho de 500.000 operários se reduza a 200.000, sendo os negros os mais afectados, uma vez que representam sobretudo a mão-de-obra não qualificada, que é sempre a primeira a ser despedida. Nas indústrias de transportes, os trabalhadores negros são em número cada vez maior, sendo já a maioria nalguns sistemas de transportes colectivos. Nos serviços de limpeza, a mão-de-obra negra varia de 30% a 70%. Analisando, por exemplo, o caso de Nova York, em que a população negra e latino-americana (sobretudo porto-riquenhos) constitui apenas 25% da população total, verifica-se que eles estão, no entanto, em maioria nos transportes públicos e urbanos, nos serviços de limpeza, nos serviços de lixo, nos correios, no departamento de previdência, e são minorias apreciáveis na camionagem, caminhos de ferro, estivadores, e serviços de administração municipal. Os brancos, em maioria nalgumas destas indústrias, representam sobretudo a mão-de-obra qualificada ou encontram-se concentrados nas zonas brancas da cidade. Este panorama repete-se noutras cidades como, por exemplo, Chicago, Nova Orleans, Newark, Detroit.

Por outro lado, o facto de a taxa de desemprego ser muito mais elevada entre os trabalhadores negros do que entre os trabalhadores brancos, a má qualificação profissional dos trabalhadores negros, a segregação e repressão contínua no ghetto e a homogeneidade étnico-cultural, dão aos negros a consciência de colónia dentro da própria metrópole. Quanto ao problema do desemprego, convém sublinhar que a percentagem de desemprego para os trabalhadores negros é mais do que o dobro da dos brancos, representando os negros mais de 20% dos trabalhadores desempregados, apesar de constituírem apenas 11% da população; em 1964, apenas 56% dos negros (homens) que trabalhavam tinham empregos a tempo inteiro, enquanto que para os brancos a fracção correspondente é de 2/3.

O racismo, além de fonte de exploração extra para o patrão americano, é uma arma que o imperialismo manobra internamente na luta com a classe operária, dividindo-a e enfraquecendo-a. O racismo hoje existente na generalidade dos trabalhadores brancos dos Estados Unidos, que não apoiam as reivindicações dos trabalhadores negros e se recusam a aceitar a liderança negra na luta operária, leva ao enfraquecimento do proleta

riado e aproveitada apenas à classe detentora dos meios de produção.

MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Objectivamente, os movimentos de libertação negra têm sido geralmente dominados por análises idealistas do fenómeno racista, eivadas de sentimentos nacionalistas e anti-comunistas.

As sucessivas tendências integracionistas têm como expressão recente diversas organizações, entre as quais os movimentos pacifistas dos vários reverendos King, e a NAACP (Associação Nacional para o Progresso dos Povos de Côr). Esta última é presidida por Roy Wilkins. Na década de 50, e após um congresso da organização, todos os suspeitos comunistas foram expulsos.

Além destas, devemos ainda considerar diversas tendências separatistas: a RNA (República da Nova África), dirigida por Robert Williams, defende a criação de uma República negra nos Estados Unidos, independente da "metrópole", que se constituiria em cinco Estados do Sul, com uma economia e um exército próprios. Os Muçulmanos racistas, seita político-religiosa que tem por autoridade máxima Elijah Muhammad, cuja doutrina, aceite incontestavelmente pelos "fiéis muçulmanos", é considerada de origem e inspiração divinas. A concepção de Elijah Muhammad sobre as origens do homem e a sua teoria genética advogam a superioridade do homem negro, incentivando o racismo. Este movimento conheceu entre os Afro-Americanos grande expansão e adesão das massas, sobretudo até ao princípio da década de 60. A sua desmistificação e crítica foram feitas por Malcolm X, que foi ele próprio durante 15 anos um "fiel muçulmano".

Estes movimentos, com as suas posições militantemente anti-comunistas, são expressões do radicalismo burguês que procuram controlar e canalizar a capacidade revolucionária dos negros na defesa de interesses que, na prática, acabam por ser facilmente absorvidos pela classe no poder.

Cultural-nacionalismo e "poder negro"

Os cultural-nacionalistas são incapazes de distinguir a luta de classes entre a burguesia reaccionária e o proletariado explorado, confundindo opressor com raça branca e oprimido com raça negra.

Malcolm X, depois de ter sido durante 15 anos um seguidor de Elijah Muhammad, distinguiu-se com a sua crítica militante como um elemento fundamental na desmistificação dos Muçulmanos racistas. Malcolm X introduziu no seio da militância negra a análise da situação das minorias Afro-Americanas como produto do sistema capitalista, propondo a luta contra esse sistema, a aliança com os radicais brancos e a luta armada em auto-defesa. A partir desta análise cria, em 1964-1965, a OAA (Organização Afro-Americana), que sucumbe, ainda na fase organizativa, com o assassinato de Malcolm X a 21 de Fevereiro de 1965. Mas Malcolm X não procedia a uma correcta análise da oposição de classes no seio da população negra.

Outro exemplo desta corrente é o SNCC (Comité Coordenador dos Estudantes Não-Violentos) de que fizeram parte H. Rap Brown e Stokely Carmichael. De início, este movimento foi sustentado pelos liberais brancos que conseguiram, com o seu dinheiro, controlar a ideologia da organização, dirigindo a sua luta para a conquista de algumas concessões por parte do governo. Rompendo com os liberais brancos, Stokely Carmichael desenvolve, seguindo Malcolm X, o programa do "poder negro", propondo-se

lutar pela auto-determinação da comunidade negra. Distinguindo pela cor os seus aliados dos seus inimigos, Stokely Carmichael acaba por cerrar fileiras no plano interno com James Farmer (hoje altamente colocado na administração Nixon), Roy Wilkins e Ron Karenga e, no plano internacional, com Papa Doc Duvalier, Joseph Mobutu e Hailé Selassié. Afirmando que "o homem negro não pode ser inimigo do povo negro", os cultural-nacionalistas, com o slogan do "poder negro", definem a luta de libertação negra como uma luta comum a toda a raça negra. Como nacionalistas, a sua base económica é o capitalismo. Preconizam na prática a aliança com a burguesia negra, mistificando o papel desempenhado pelas burguesias negras em África que, lutando na fase colonial contra as forças imperialistas com o intuito de conseguirem uma maior participação nos lucros dos povos africanos, após a "independência" abrem o país à exploração neo-colonialista.

O nacionalismo é fruto de uma ideologia burguesa. A classe dominante, ao enfrentar a movimentação de um grupo particular, a qual, em virtude da opressão especial a que está sujeita, se torna num estímulo para a acção geral e é capaz de arrastar camadas mais vastas da classe oprimida, satura esse grupo com ideologia nacionalista — o que significa: lealdade à burguesia. Assim, os movimentos nacionalistas, com a sua ideologia burguesa, procuram recuperar para o sistema capitalista e imperialista o potencial revolucionário dos oprimidos.

O governo americano, que soube bem absorver os movimentos integracionistas dos diferentes King e comprar com os seus "programas anti-pobreza" dirigentes negros proeminentes, conteve com a sua polícia, os seus cães e o seu exército as populações negras nos ghettos. Com a erupção das desordens espontâneas e rebeliões armadas, depressa compreendeu a necessidade de "radicalizar" a sua demagogia e passou a pugnar pelo "poder negro", colocando em lugares de proeminência e fachada do governo e da administração dirigentes negros.

Aos "programas de combate à pobreza", Nixon acrescenta a sua teoria do "capitalismo negro", como resposta às reivindicações nacionalistas de mais empresas nos ghettos, mais empregos na administração para os negros, maior "controle" dos serviços públicos dos ghettos pelos negros, etc. Apesar desta conjugação de esforços dos dirigentes negros oportunistas e da classe dominante, não chega a desenvolver-se um verdadeiro "capitalismo negro". Os negros, que constituem, como dissémos, 11% da população, apenas possuem cerca de 45 mil dos 5 milhões de estabelecimentos de negócios americanos, isto é, menos de 1% do total, e mesmo estes são sobretudo do tipo de exploração familiar. As 46 companhias de seguros que pertencem a negros (apregoadas como exemplo do "sucesso" do "capitalismo negro") controlam no total apenas 2/10 de 1% da indústria de seguros e todas juntas são ainda mais pequenas do que a sexagésima maior companhia de seguros propriedade de brancos. O Freedom National Bank of Harlem, o maior banco americano de propriedade negra, com 36,7 milhões de dólares de depósitos, não chega a situar-se entre os mil maiores bancos dos Estados Unidos.

Partido comunista americano (CPUSA)

O CPUSA, defendendo uma "unidade de todas as classes negras", sujeitou a luta das massas negras à direcção da classe média negra nacionalis

ta. Com o seu apoio aos movimentos de integração não-violenta (Luther King), o revisionismo do CPUSA foi incapaz de combater o anti-comunismo destes movimentos, antes esperou que eles sabotassem e "acalmassem" com a sua não-violência a fermentação revolucionária negra.

Com o advento do "poder negro", o CPUSA passa a advogar como reivindicações a incorporação nos quadros da estrutura administrativa capitalista e na polícia local de uma maior percentagem de negros, como forma de conseguir o controle da comunidade pelos negros e a descentralização da polícia. Iludindo a estrutura de classes na sociedade capitalista, o CPUSA, ao mistificar este tipo de reivindicações, esquece que a grande burguesia, detendo a propriedade dos meios de produção, e controlando a máquina do Estado, controla efectivamente os seus órgãos administrativos e as forças de repressão.

Partido dos Panteras Negras (BPP)

O BPP foi fundado em 1966-67 por Bobby Seale, presidente, e Huey P. Newton, ministro da Defesa e ideólogo do partido (certos cargos dirigentes no partido dos Panteras negras denominam-se ministérios, e ministros os dirigentes que os ocupam). O BPP organizou-se e adquiriu dimensão nacional em 1968, para o que contribuiu sobretudo a campanha para a libertação de Newton, preso e ferido em confrontação com a polícia. É neste período que Bobby Seale e Eldridge Cleaver, ministro da Informação, estruturam e organizam o partido. Em Novembro de 1968, Eldridge Cleaver exila-se na Argélia, onde funda a secção internacional do BPP.

O BPP critica e recusa o nacionalismo burguês e o nacionalismo revolucionário de Malcolm X, que só inicialmente os influenciou, considerando-se internacionalista ou, como mais recentemente se define, "intercomunista". Vendo os negros como colónia dentro da metrópole, afirma que em virtude do processo colonial o "lumpenproletariat" (1) e o proletariado da colónia negra dificilmente se distinguem, enquanto na metrópole esta demarcação é praticamente estável. Tendo assimilado de Franz Fanon sobretudo a necessidade de organização do "lumpenproletariat" que, caso contrário, o imperialismo usará como força contra-revolucionária, o BPP organiza o "lumpenproletariat" do ghetto em torno de programas classificados pelo partido "de sobrevivência e não revolucionários", semelhantes aos programas das "Frentes de libertação".

Em oposição ao conceito de controle da comunidade tal como definido pelo nacionalismo burguês e pelo reformismo do CPUSA, o BPP desenvolve o conceito de auto-defesa como resposta adequada à "agressão das forças de ocupação" das suas comunidades — os ghettos. Esta concepção levou-o na prática à criação de um exército revolucionário, educado e treinado nas escolas ideológicas e militares do partido, e a opôr-se às manifestações e revoltas espontâneas que enchem as páginas da luta negra.

O BPP denuncia o slogan "capitalismo negro" como correspondendo à fase do advento do neo-colonialismo na situação peculiar da colónia negra nos Estados Unidos. Afirma que o "capitalismo negro" corresponde ao momento em que a potência colonial decide conceder maior independência à colónia, substituindo o regime colonial por um regime de "fantoques". Escreve o BPP: "...é o que se está a fazer agora na América, colocando certas camadas da burguesia negra na estrutura do poder e desenvolvendo para elas maiores interesses nos investimentos do sistema capitalista".

(continua na pag. 43)

«À esquerda de Cunhal» todos os gatos são pardos (continuação)

2ª Parte: A degenerescência dogmática — origem e efeitos (de princípios de 1966 a fins de 1968)

Vimos no artigo anterior desta série como a burguesia liberal esta belecia com o proletariado uma plataforma de unidade para, servindo-se dele, pressionar os governantes fascistas, de modo a obter concessões no campo político e económico. Durante a primeira fase desta "política de unidade", isto é: enquanto os governantes fascistas não cedem ainda, ou não cedem tanto quanto a burguesia liberal pretende, esta, através do partido revisionista, lança a classe operária em manifestações de rua e acções mais ou menos violentas contra o fascismo. Mas essas manifestações e acções têm uma característica essencial: quando são políticas, são exclusivamente anti-fascistas, nunca pondo em causa a ditadura da burguesia, ou seja, atacam uma forma específica dessa ditadura da burguesia, mas não a própria ditadura da burguesia; e da

qui decorre o carácter da violência empregue. Essa violência, controlada ideológica, orgânica e praticamente pela burguesia liberal, é apenas susceptível de constituir um meio de pressão sobre os governantes fascistas, mas nunca de derrubar o Estado burguês. Na segunda fase desta "política de unidade", quando a burguesia liberal obtém dos governantes as concessões desejadas e abandona a aliança com a classe operária, os operários tentam continuar as manifestações e as acções que vinham realizando, não só já contra o governo fascista, mas ainda contra a própria burguesia liberal. Tentativa heróica, condenada à derrota. Controladas ideologicamente pela burguesia liberal, estas acções, a continuarem, poderão pôr em causa as concessões que o governo acabou de conceder à burguesia liberal, mas não poderão nunca derrubar o Estado

burguês. Este processo repetiu-se em diversas ocasiões históricas, a última das quais em 1962. Somente que então a classe operária possuía já um elevado grau de desenvolvimento e concentração. Esta situação objectiva nova em que a classe operária portuguesa se encontra deu à segunda fase desta "política de unidade" uma duração e um vigor até então nunca experimentados. Vigor na tentativa de aplicar um certo tipo de acções violentas que pertenciam ideológica e taticamente ao campo da burguesia liberal, e que foram por isso incapazes de derrubar o Estado burguês. Residiram aqui, nestes apelos a uma luta armada a desencadear de imediato, as limitações desta época. Mas, porque se tratava de uma nova situação objectiva da classe operária, já altamente concentrada, esta situação produziu, juntamente com as suas limitações, o modo de as superar: antes de mais, a vanguarda do proletariado apercebeu-se com maior clareza do processo de luta de classes no seio da "política de unidade", do papel dos revisionistas como agentes da burguesia liberal, da necessidade da classe operária substituir a aliança com a burguesia liberal a aliança operário-camponesa, condição da hegemonia do proletariado no processo revolucionário. Por outro lado, surge pela primeira vez a tentativa de estabelecer uma base teórica para o proletariado radicalmente distinta das ideologias burguesas e pequeno-burguesas; os dirigentes da vanguarda do proletariado colocam em novas bases teóricas, efectivamente revolucionárias, os objectivos da luta da classe operária e, para tal, combatem as formas de degenerescência da teoria marxista, defendendo o carácter científico do marxismo contra aqueles que o pretendem castrar do seu valor revolucionário.

A melhor expressão de todas as limitações e promessas que caracte-

rizaram esta fase do movimento revolucionário português residiu na criação e na actividade da FAP-CMLP (1), desde Janeiro de 1964, momento da fundação, até fins de 1965, altura da derrocada de toda a organização no interior do país. Foi esse o período analisado no artigo anterior. Vamos assistir, neste artigo, ao processo de degenerescência do CMLP e à estruturação, dentro dele, de tendências distintas.

A nossa análise pode ser, talvez, mais extensa do que a alguns agradaria, mas é, sem dúvida, tão extensa quanto o deve ser para que o movimento comunista português faça o balanço necessário do seu passado e possa enfim, no presente, começar a construir o futuro.

FORMALMENTE, PARECE CONTINUAR-SE A MESMA ANÁLISE

A chave para a nossa interpretação do período anterior consistiu nos apelos feitos pela FAP-CMLP ao desencadear da luta armada imediata. Mostrámos, então, que ao lançar tais apelos — naquela conjuntura — a FAP-CMLP se integrava dentro do terreno de luta da burguesia liberal: essas acções armadas não eram o culminar de nenhum processo conduzido por um partido efectivamente comunista, mas sim a tentativa de lançar contra a burguesia liberal acções ideológica e orgânicamente vinculadas a essa burguesia liberal. Ao propôr essas acções armadas, a FAP-CMLP representava uma tendência efectiva de um largo sector da vanguarda operária, mas uma tendência que exprimia os efeitos da "política de unidade", que pertencia ainda ao campo da "política de unidade".

Formalmente, após a derrocada da FAP, o CMLP parece continuar esta mesma análise. A luta armada é apresentada como o traço distintivo da etapa actual, ou seja, propõe-se desencadear essa luta armada de imediato ou a muito breve prazo. Esta

afirmação vai caracterizar todas as tendências, ou coligações de tendências, que se sucedem na direcção do CMLP. Nos meados de 1966, durante a direcção de "As futuras tarefas" (2), o novo programa da organização continua a apontar como tarefa imediata: "Onde fôr possível, onde a penetração fôr maior e a organização mais forte, estimular pequenas acções armadas, como condição para passar a etapas superiores" (3). Pela mesma altura, um militante afirma num relatório: "a luta armada continua a ser uma questão actual..." (4). Mais longe ainda vai o relatório de "Joaquim" (que podia concorrer ao título de documento mais confuso do movimento revolucionário português), em que se considera a luta armada como característica de qualquer fase da luta, ou então em que se considera que o partido só tem razão de ser durante a fase da luta armada, mas, de qualquer forma, em que se exprime com muita clareza a mesma análise da situação — luta armada de imediato — feita pelas outras tendências a que "Joaquim" se pretendia opôr no seu relatório. Citemos dois exemplos: "...uma organização marxista-leninista é uma organização político-militar" e, mais adiante, "Os nossos quadros são quadros políticos revolucionários e por isso mesmo militares" (5). Na realidade, identificar a política comunista com as acções armadas é reduzir o comunismo ao terrorismo pequeno-burguês. Realizada a I conferência (6), é exactamente a mesma análise que continua a vigorar. No jornal editado pela comissão directora do CMLP saída da I conferência, pode ler-se: "A classe operária e as massas camponesas têm dado provas ...que estão dispostas a entrar em lutas de tipo superior, lutas violentas ...Tem faltado a esta capacidade de luta, para a levar a formas superiores, ...a direcção revolucionária do Partido Comunista...". E, pouco mais à frente: "A luta eco

nómica e política de tipo pacífico foi ultrapassada — a luta militar, a luta armada passou para primeiro plano" (7). Como poderia a classe operária ascender às fases superiores da luta se o próprio texto citado reconhece que ela não era dirigida por um autêntico partido comunista? Na verdade, o partido que se dizia faltar não era o partido comunista, o partido político do proletariado, sem o qual este não pode dar um passo que seja a caminho do comunismo, mas sim um aparelho técnico que centralizasse a luta armada. E é por isso que as acções violentas que a direcção do CMLP refere caracterizam, não uma ascensão política independente do proletariado, mas sim uma fase do controle exercido pela burguesia liberal sobre a classe operária.

O que é importante sublinhar, para a nossa análise, é que se continua a programar o desencadear imediato de acções armadas. "Camaradas, organizai-vos e armai-vos", diz a comissão directora do CMLP (8).

Esses apelos a uma acção armada imediata cada vez mais aparecem desligados de qualquer análise, ou tentativa de análise, da luta de classes em Portugal, justificando-se unicamente com extrapolações históricas anti-científicas. É assim que se pega em experiências de outros povos e se pretende transplantá-las para a situação portuguesa sem tratar previamente de saber se essas experiências correspondem efectivamente à situação concreta da luta de classes no nosso país. Deste modo, a luta de libertação conduzida pelos povos coloniais é apontada, não como uma das etapas por que necessariamente passa a luta pelo socialismo — a guerra popular, mas sim como um exemplo que deve ser aplicado imediatamente, mecânicamente. Ou seja: a luta armada que a classe operária portuguesa haveria de conduzir não se apresenta como uma dedução da situação concreta da

luta de classes no nosso país, mas sim como uma extrapolação da situação concreta da luta de classes nas colónias africanas! Mas não ficam por aqui neste afã de dar à História tratos de polé. Em Janeiro de 1934, os operários da Marinha Grande pretenderam desencadear uma resistência armada contra a fascização dos sindicatos. O verdadeiro significado dessa luta só pode ser estabelecido uma vez determinadas as condições concretas em que ela se processou, a posição da direcção do Partido Comunista perante a fascização dos sindicatos, a posição da Internacional Comunista, os aspectos concretos da luta de classes em Portugal nessa época, etc., e este longo trabalho mal foi ainda iniciado. Pois pretender saltar-lhe por cima e apresentar a sublevação do 18 de Janeiro como um exemplo a seguir hoje, não é desnaturar inteiramente o processo histórico? De ciência de análise da luta de classes, o marxismo fica transformado numa colecção de apelos voluntaristas, como se a revolução se fizesse por apelos à vontade abstracta e não por um estudo científico da realidade.

Desta forma, nenhuma crítica é feita ao período anterior. As razões da derrocada da FAP-CMLP atribuem-se a motivos acessórios, possíveis de remediar mantendo-se a organização no mesmo campo ideológico. Isto é, evidentemente, a consequência necessária de se continuar a programar a luta armada para o imediato e de se continuar a considerar o partido unicamente em função dessa luta armada, e não em função de todas as etapas da luta do proletariado. E, como este aspecto é característica comum das tendências que coabitavam no CMLP durante esta fase, e que sucessiva ou simultaneamente o foram dirigindo, não espanta, pois, que todas elas considerassem accidentais e acessórios os motivos que levaram à derrocada da FAP-CMLP. É esta a posição do secreta-

riado da FAP logo a seguir à grande derrocada de Dezembro de 1965 (9).

E é também esta a posição da direcção de "As futuras tarefas", cujas críticas ao período anterior incidem unicamente sobre uma determinada técnica organizacional e não sobre a própria concepção de organização. É conveniente notar aqui um ponto importante. Faz parte da mitologia consagrada pela actual direcção dogmática do CMLP a afirmação de que o erro de Campos (10) consistiu em criar a Frente antes de ter um núcleo partidário sólido, e que esse erro teria sido posteriormente corrigido nas decisões da I conferência. Esta, como todas as afirmações dogmáticas, nem é verdadeira nem falsa, pois que o importante não são as palavras mas o significado que elas contêm. Importante, para nós, é que Campos admite que a necessidade da organização independente do proletariado surge só com a necessidade de desencadear a luta armada, e que o proletariado pode chegar até essa fase sem obedecer à condução de um verdadeiro partido comunista. É essa mesma concepção que o CMLP manterá até hoje, apresentando a criação do partido unicamente em função de uma luta armada a desencadear. Pouco importa, portanto, que no papel se diga que se vai atribuir mais importância ao CMLP do que à FAP, ou que se vai mesmo atribuir importância exclusivamente ao CMLP, se se concebe o CMLP exactamente como antes se concebia a FAP. A direcção de "As futuras tarefas" apresenta a derrocada da FAP como consequência de esta ter sido criada sem existir ainda um CMLP suficientemente sólido, afirma que o acento tónico deve incidir na construção do partido, mas, ao mesmo tempo, continua a programar a existência da FAP! É assim que, no mesmo documento, pode afirmar por um lado que "sempre a actividade da FAP arrastou a do Comité Marxista-Leninista, sempre predominou a acti-

vidade da FAP em detrimento da actividade comunista ...o pequeno núcleo de quadros clandestinos, marxistas-leninistas, não podia atender às exigências de uma organização não-comunista (FAP), que só poderiam ser inteiramente satisfeitas e controladas se houvesse um número de quadros comunistas maior..." (11); e, por outro lado, fala-se, logo a abrir, da "reorganização actualmente em curso do Comité Marxista-Leninista Português e da FAP", ou ainda: "O estado actual da organização impede-lhe manter a actividade, ao nível nacional, da FAP, pelo que, só onde houver uma razoável penetração comunista se poderá partir para a conquista das massas populares. Onde houver possibilidades locais para manter organismos da FAP deve estimular-se a sua actividade, sob estreito controle dos organismos comunistas" (12). Ou seja, como notava um relatório há tempos publicado, onde há, deixe-se estar, e onde não há, paciência. Porquê esta contradição? Porque é que num mesmo documento se afirma, lado a lado, que a FAP não deve ser criada antes de existir um sólido CMLP, e que a FAP continuará a existir embora o CMLP não possua qualquer solidez? É um "mistério" que os dogmáticos escondem, à falta de o poderem resolver, mas que se explica facilmente: tanto a FAP como o CMLP exprimiam uma mesma concepção de organização e, por isso, não havia que distingui-los com precisão. As duas siglas empregavam-se no mesmo sentido, só diferindo quanto a aspectos de técnica organizacional.

Plataforma de união de tendências discordantes, é natural que a I conferência produza a melhor formulação sistemática das características comuns dessas tendências. O célebre ponto 9 da 1ª reunião, tão citado, mais não faz do que repisar o que já lemos: os erros da FAP-CMLP teriam sido puramente acidentais. É assim que escrevem: "...o CMLP não

deu a essa tarefa (da "reconstrução do partido") o relevo prático adequado..." (13). Algumas linhas adiante, referem o "crescimento desmesurado e anárquico da FAP ...sem que existisse uma organização comunista sólida estreitamente ligada à vanguarda do proletariado, que assegurasse a efectiva direcção da frente unida popular" (14). Isto não impede, no entanto, que afirmem na mesma reunião que a Frente pode ser construída antes do partido (15). É a mesma contradição em que caía a direcção de "As futuras tarefas", o que não espanta, dado que o CMLP permanecia, como vimos, no mesmo campo ideológico. E a direcção saída da I conferência continuará a atribuir a derrocada da FAP-CMLP somente à violência da repressão policial e a erros conspirativos (16).

ORIGEM DA DEGENERESCENCIA DOGMÁTICA

Formalmente, continua-se pois a mesma análise da situação — desencadeamento imediato da luta armada — mas em novas condições objectivas. O impulso de violência que a burguesia liberal desencadeava em seu proveito, durante a primeira fase da "política de unidade", e que o proletariado tenta infrutiferamente continuar contra essa burguesia liberal, na segunda fase da "política de unidade", esse impulso de violência, ideológica, orgânica e taticamente controlado pela burguesia, sofre na classe operária um sério e durável refluxo. Porquê? Por um lado, mostrou-se inteiramente incapaz de destruir a máquina de Estado da burguesia e de defender os interesses dos trabalhadores. Por outro, a inexistência de um partido verdadeiramente comunista impediu a vanguarda do proletariado de abrir caminho para uma violência revolucionária de massas, dirigida pela classe operária, e que defendesse efectivamente os interesses dos trabalhadores.

Chegou-se, assim, a uma situação de refluxo revolucionário, em que a classe operária abandona um tipo de violência controlado pela burguesia liberal, e em que não existe um partido comunista que venha a criar as condições para conduzir uma verdadeira violência revolucionária.

Acabámos de esboçar em meia dúzia de linhas uma questão essencial, que constitui a chave para a compreensão deste período da vida do CMLP. Por isso, é necessário, ao prosseguir a leitura deste artigo, não perder nunca de vista esta alteração das condições objectivas do movimento operário português, e considerar sempre os diversos aspectos da degenerescência do CMLP em função desta alteração das condições objectivas.

Perante esta nova situação, repetir os apelos ao desencadear imediato da luta armada deixou de exprimir qualquer tendência efectiva da vanguarda da classe operária. Assim, se na fase anterior a análise da FAP-CMLP exprimia a tendência dominante da vanguarda operária, a repetição formal dessa análise vai, nesta fase, condenar os dirigentes do CMLP a um completo isolamento em relação à vanguarda do proletariado.

Como é possível que uma ideologia, elaborada numa dada fase, e que não é mais do que a expressão das condições objectivas dessa fase, perdure para além dela? "Os comunistas combatem pelos interesses e os objectivos imediatos da classe operária; mas nesse movimento do presente representam ao mesmo tempo o futuro" (17). Os comunistas têm a consciência global do processo da luta de classes. Mas enquanto uma situação objectiva não produz os elementos que elaboram a consciência teórica, portanto a consciência global, do desenrolar do processo da luta de classes, os dirigentes do proletariado não podem senão representar ideologicamente cada uma das fases desse processo; fazem parte integrante de cada uma delas, ex

primindo-a de maneira ideológica, precisamente porque a não integram no processo geral de que faz parte (18). Sob certa forma, nascem e morrem com a fase que representam. Sob certa forma — porque uma ideologia é sempre provida de determinada força, a que podemos chamar a inércia da ideologia, e que a leva a perdurar para além da fase específica que exprime. Não podemos esquecer que existe uma diferença física entre uma classe e os seus representantes, entre uma classe numa dada fase e os seus representantes nessa fase. E, quando os representantes de uma fase não se elevam à compreensão global do processo de luta de classes, eles estão irremediavelmente condenados a nunca ultrapassar a fase que exprimem, mumificando quando esta morrer.

É isto que explica que uma dada ideologia, que era pujante enquanto expressão e reflexo de determinadas condições objectivas, continue a ser elaborada uma vez alteradas já essas condições objectivas — e elaboradas pelos mesmos, fisicamente os mesmos, que a elaboravam antes. O que dá uma falsa ideia de continuidade quando na realidade há uma abissal ruptura. Isolados da classe que tornava pujante a sua ideologia, os produtores dessa ideologia vão, por isso mesmo, inevitavelmente, produzir uma outra ideologia, que da anterior só tem a forma, esclerosada e envilecida. Com a evolução do processo, a própria forma dessa ideologia mudará, de acordo com o seu novo carácter. Assim, a inércia da ideologia implica um processo de degenerescência dessa ideologia; esta, através de uma fase em que mantém somente a sua forma, transformará inteiramente todas as suas características, passando, no fim deste processo, a ser uma outra ideologia, de uma outra classe ou sector de classe.

(cont. nas pags. seguintes)

A DEGENERESCÊNCIA DOGMÁTICA — EFEITOS NO CAMPO DA IDEOLOGIA

A esse período de mutação chama-se usualmente dogmatismo, isto é, compilação de normas formais e desprovidas de correspondência com a actuação real. Ideologia de um período de mutação ideológica, o dogmatismo é sempre, enquanto sistema, um pseudo-sistema. Além dele, e colada a ele, existe uma ideologia não sistematizada explicitamente — o senso-comum — e é essa a ideologia determinante, porque é a que preside directamente à acção. O senso-comum pode não ser sistematizado porque é a concepção reinante e, como tal, tende a impôr-se de imediato ao espírito. O senso-comum é constituído pelos resíduos que permanecem de todas as ideologias reaccionárias, produzidas por todas as formas de opressão que se foram sucedendo. É sem dúvida um guia para a actividade prática, mas com a condição de esta não ultrapassar os estreitos limites da rotina socialmente estabelecida, e não para uma prática revolucionária, a qual exige um conhecimento científico. Este aspecto foi bem sublinhado por Engels. "Se este modo de pensar (a metafísica) nos aparece à primeira vista como perfeitamente plausível, é porque é o modo de pensar do que chamamos bom senso. Mas, por mais respeitável que este amigo seja enquanto se restringir ao prosaico domínio das suas quatro paredes, o bom senso vê-se metido em aventuras prodigiosas quando se arrisca no vasto mundo da investigação, e o modo de ver metafísico, por mais justificado e necessário que seja em vastos domínios, cuja extensão varia segundo a natureza do objecto, depara-se mais cedo ou mais tarde com uma barreira para além da qual se torna estreito, limitado, abstracto, e se perde em contradições

insolúveis: é que ele esquece, perante os objectos singulares, o seu encadeado; perante o seu ser, o seu evoluir e a sua morte; perante o seu repouso, o seu movimento" (19). Ancorado a essa visão estreita e tradicional, que erige o conservantismo em axioma básico e faz dele a sua própria razão de ser, rapidamente o dogmatismo abandonará as suas velhas fórmulas como inúteis empecilhos e se constituirá somente em senso-comum.

Embora a prática corriqueira seja o domínio do bom-senso, avesso como dissemos a uma sistematicidade que lhe é inútil, por uma vez a negação da teoria tomou uma forma explícita. Depois de apontar aos militantes as vantagens do uso de uma linguagem clara, diz a direcção saída da I conferência: "As ideias nascem das coisas, portanto devem aprender a falar em termos concretos e não com imagens abstractas e confusas" (20). As ideias nascem efectivamente das coisas, no sentido de que todas as ideias são expressão de uma realidade concreta. Mas as ideias nem são a realidade concreta, nem estão contidas na realidade concreta, nem têm as características da realidade concreta. A distinção entre o objecto do pensamento e a realidade concreta é um ponto básico da dialética materialista, e não só se encontra aplicado em toda a obra teórica de Marx, como até Marx o explicita bem claramente em alguns pontos dos seus trabalhos. É precisamente essa distinção entre o objecto do pensamento e a realidade concreta que leva o marxista a ter que atender cuidadosamente às leis inerentes ao processo de pensamento, a ter que estabelecer um método de pensamento científico, para que a reprodução da realidade concreta no pensamento permita uma acção prática eficaz sobre essa realidade concreta. Dizia Engels, no texto há pouco citado, que aquela metafísica especial a que chamamos senso-co

mun é incapaz de apreender os fenômenos no seu processo global, precisamente porque se limita aos seus aspectos singulares concretos. A abstracção é, pois, o método do pensamento científico, que lhe permite reproduzir o real concreto e, portanto, actuar praticamente sobre ele. "Vemos aqui" diz Marx em O Capital, "...que é absolutamente indispensável considerar o processo de reprodução na sua forma fundamental — eliminando todas as circunstâncias menores que o obscurecem — para que nos desembaracemos de todos os subterfúgios, que têm a aparência de uma explicação 'científica', se se aborda a análise do processo social de reprodução directamente sob a sua forma complexa e concreta" (21). "...a análise das formas económicas não pode ter a ajuda do microscópio nem dos reagentes fornecidos pela química; a abstracção é a única força que lhe pode servir de instrumento" (22). A compreensão da realidade concreta é-nos dada, não pela observação caso a caso dos fenómenos concretos, mas sim pelo conhecimento que tivermos da estrutura que se ergue sobre o modo de produção em vigor num dado período. E a exposição das leis dessa estrutura tem forçosamente de ser feita em termos abstractos e não em termos concretos. Se o senso-comum identifica abstracção com confusão dá de si uma triste imagem. Incapaz de se elevar além dos objectos singulares, é incapaz de compreender a estruturação global da realidade e, portanto, de actuar sobre ela. E quando se depara com o pensamento científico, o senso-comum, um instante perturbado na sua marcha rotineira, clama desdenhoso: que confusão!, e segue o seu repisado caminho, com a vaidade medíocre dos que se orgulham de acabar a vida sabendo à hora da morte exactamente o mesmo que sabiam quando nasceram.

Mas, como é de esperar, esta negação da teoria é exercida predomi-

nantemente de uma forma não explícita nem sistematizada. O fraquíssimo nível conceptual dos jornais e documentos publicados pelo CMLP durante este período não se pode dever a uma analfabetização súbita dos militantes, mas sim à degenerescência ideológica, à ascensão e ao alastrar do senso-comum erigido em sabedoria universal.

A compreensão científica de uma situação concreta só pode ser produto de uma formulação teórica abstracta. Ou seja: o processo por que o conhecimento científico se apropria de uma realidade concreta é aquele por que uma categoria simples se refere sucessivamente a categorias cada vez mais concretas. Para compreendermos o carácter específico, particular, de uma determinada situação concreta, temos de o compreender a partir da teoria, isto é, só uma visão global do processo nos pode mostrar a distinção entre uma e outra situação concreta, permitindo-nos portanto que actuemos apropriadamente sobre cada uma delas. Amparado no senso-comum, o dogmatismo é incapaz de apreender a forma como se estrutura a realidade num dado período e, por conseguinte, ignora — nega — a especificidade das situações. Esta a razão da sua radical impotência prática efectiva. Uma consequência prática desta impotência é, como vimos, a identificação mecânica da situação dos movimentos de libertação dos povos coloniais e da situação do movimento revolucionário português, ignorando as características específicas de um e outro, que impedem tal identificação; e, do mesmo modo, na aplicação mecânica de uma experiência histórica, a do 18 de Janeiro de 1934, a uma outra situação histórica, a do movimento revolucionário português na actualidade. E por aqui fora: identificação mecânica entre o revisionismo de Cunhal e o revisionismo dos actuais dirigentes da URSS, identificação mecânica entre as diver-

sas ideologias burguesas e pequeno-burguesas, etc. É um nunca mais acabar. É por este motivo que, no campo da ideologia, o dogmatismo substitui a análise científica pelo verbalismo declamatório e, na actividade prática, por um activismo inconsequente, primeiro, e em seguida por um reformismo completo.

A ascensão do senso-comum transforma o papel até aí assumido pelo jornal teórico. Esta transformação segue o processo de evolução do dogmatismo o que significa, neste caso, que se continua a falar de "jornal teórico", mas sendo profundamente alterada a significação desse termo. Assim, o jornal "teórico" mantém o seu nome, mas converte-se efectivamente num jornal de massas com mais páginas e, durante a vigência da direcção saída da I conferência, chega mesmo a desaparecer completamente. Por outro lado, o dogmatismo consegue descobrir na elaboração teórica virtudes terapêuticas, tal como se receita no relatório de "Joaquim": "...redacção de materiais, traduções, distribuição de propaganda, são processos de revigoração dos camaradas mais abatidos" (23). Entregando a elaboração teórica aos militantes mais degenerados — "mais abatidos" — o dogmatismo consegue uma rápida degenerescência ideológica, nivelando-se pelas formas mais rudimentares e retrógradas do senso-comum.

A DEGENERESCÊNCIA DOGMÁTICA — OS EFEITOS: A NOVA BASE SOCIAL DO CMLP

Ao continuar os apelos à luta armada imediata, o CMLP isola-se da vanguarda operária, em virtude das novas condições objectivas da luta de classes. Vimos o efeito desse corte no próprio campo da ideologia, provocando a degenerescência desta e a sua transformação em dogmatismo. Mas, se não exprime já uma tendência da vanguarda operária, de que

classes, ou de que sectores de classe, vai esta ideologia dogmática exprimir os interesses? Qual vai ser a sua nova base de classe?

Em primeiro lugar, exprime os interesses de um largo estrato da pequena-burguesia.

Em geral, podemos dividir a pequena-burguesia em dois grandes sectores. a) O sector proveniente de formas económicas anteriores ao modo de produção capitalista, e que se compõe dos artesãos e dos camponeses. São trabalhadores proprietários dos seus próprios meios de produção e, em princípio, não exploram a força de trabalho alheia, ou não fazem dessa exploração a base dos seus rendimentos. Condenados à extinção pela expansão do modo de produção capitalista, estes elementos continuam a sobreviver por um prazo maior ou menor. b) O sector produzido pelas próprias necessidades da grande indústria capitalista, e que não é submetido a um tipo de exploração especificamente capitalista. "Todo o trabalhador produtivo (isto é, um operário — nota nossa) é um trabalhador assalariado, mas não se conclui daqui que todo o trabalhador assalariado seja um trabalhador produtivo. Sempre que se compra o trabalho, não para o substituir como factor vivo ao valor do capital variável e incorporá-lo no processo de produção capitalista, mas para o consumir como valor de uso, como serviço, o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é um trabalhador produtivo" (24). Este sector da pequena-burguesia é portanto composto pelos "serviços": técnicos da indústria, da administração e do comércio. Para a questão em jogo, este sector é composto por duas camadas distintas: 1º) Os elementos mais qualificados, cuja posição depende do rápido incremento da grande indústria capitalista e cujos interesses são, por isso, convergentes com os do gran

de capital; é a camada dos "tecno cratas", cuja aliança com o marce lismo já foi por diversas vezes ana lisada neste jornal. 2º) Os elemen tos menos qualificados que, quer pe los seus baixíssimos rendimentos, quer pela extracção e ligações so ciais, se encontram ideològicamente muito perto do sector da pequena -burguesia referido em a), tendo, em geral, as mesmas perspectivas histó ricas e políticas e os mesmos dese jos sociais.

Este estrato da pequena-burgue sia constituído pelos elementos me nos qualificados dos "serviços" e pelo sector da pequena-burguesia proveniente de formas económicas an teriores ao modo de produção capita lista tem, quanto à táctica revolu cionária, duas características es senciais: em primeiro lugar, possui uma visão individualista da tomada do poder, ao contrário do proleta riado, cujo lugar no modo de produ ção lhe dá a possibilidade de com preender que a resolução das contra dições do capitalismo consiste na apropriação colectiva dos meios de produção. Assim, para um comunista, a revolução é sempre a tomada do po der de Estado pela classe operária apoiada nas massas trabalhadoras, condição para uma socialização efec tiva dos meios de produção. Os diri gentes políticos deste estrato da pequena-burguesia, pelo contrário, têm uma concepção golpista da toma da do poder porque não podem apreen der nem que a resolução das contra dições do capitalismo reside na so cialização dos meios de produção, nem que essa socialização só pode resultar de uma larga luta de mas sas conduzida pela classe operária, de uma gestão económica colectiva e de uma interferência e um controle colectivo no Estado operário. Em se gundo lugar, este estrato da peque na-burguesia procura o regresso a formas económicas caducas e condena das à extinção. Este seu carácter essencialmente reaccionário impede-o

de possuir uma visão científica do processo da economia capitalista. Por isso, não estabelece uma ligação entre o processo revolucionário e o processo da economia capitalista: o momento do golpe dependeria exclusi vamente do grau de preparação dos conspiradores e da vontade destes — uma vontade ideal, entenda-se — e não do processo económico e da lu ta de classes. Esta concepção gol pista prescinde de uma análise da realidade, e a única preocupação da literatura golpista é a tentativa de criar um estado emocional entre os conspiradores próprio ao desenca dear da acção. Em resumo: este tipo de violência caracteriza-se por uma planificação minuciosa dos aspectos técnicos específicos das acções ter roristas, desintegradas, quer de uma visão conjunta do processo econó mico e da luta de classes, quer até de uma visão conjunta dessas pró prias acções violentas.

Uma concepção dogmática da luta armada, como a que possui o CMLP nesta fase, formalista e sem se ba sear em qualquer situação objectiva, corresponde inteiramente ao tipo de violência concebido por este estra to da pequena-burguesia. Ele vai, por isso, constituir uma das bases de classe da degenerescência dogmá tica do CMLP.

O outro estrato que vai entrar na composição da nova base social do CMLP é constituído por um produ to específico de algumas das cama das politicamente mais atrasadas do proletariado, às quais se juntam al guns elementos jovens vindos de cer tos sectores da burguesia.

As camadas politicamente mais atrasadas da classe operária têm uma grande preponderância entre os trabalhadores portugueses emigrados em França (25). Este aspecto é bas tante importante, dado que é no ex terior, nomeadamente em França, que o CMLP se encontra depois da grande derrocada de Dezembro de 1965. Vin da de regiões rurais onde domina a

pequena e a média propriedade, a maioria dos trabalhadores portugueses emigrados em França é constituída por elementos recém-proletarizados, imbuídos portanto de preconceitos pequeno-burgueses. Por outro lado, as próprias condições da emigração produzem nesses elementos efeitos desfavoráveis a uma tomada de consciência comunista: desenraizamento em relação à luta de classes no país, mas também um afastamento, ou uma não integração, na situação francesa; ambição de regressar ao país com um estatuto social superior dentro da hierarquia da sociedade capitalista; tendência para se afastar de tudo o que possa prejudicar essa ascensão.

É evidente que entre as centenas de milhares de trabalhadores portugueses emigrados em França há numerosas excepções. Limitamo-nos aqui a indicar a tendência geral dominante na maioria desses trabalhadores emigrados. Por outro lado, os efeitos secundários que iremos descrever a seguir só se notam na sua pureza num número bastante limitado de emigrantes das camadas mais atrasadas politicamente, mas isso não significa que esses efeitos secundários não actuem em menor ou maior grau sobre a generalidade dos emigrantes. Além disso, é precisamente esse número limitado que constitui a base de classe a que nos referimos aqui.

O contacto com um tipo de sociedade diferente, que todas as ideologias burguesas e pequeno-burguesas apresentam com os atractivos, quer do modelo a imitar, quer do "fruto proibido", provoca reacções secundárias, mas particularmente importantes, em especial entre a camada jovem dos sectores com menor tradição proletária e mais penetrados de preconceitos pequeno-burgueses. Elementos marginais dentro da sociedade capitalista estrangeira, que os não integra socialmente, procuram imitar outros elementos que ascenderam

nessas estruturas sociais por meios "periféricos" — é essa a razão da sedução exercida pelo modelo do "bando", a que a jurisdição burguesa chama "os delinquentes juvenis". Presos dos valores da sociedade capitalista, toda a sua excentricidade está na forma como pretendem obter o direito a gozá-los. Ao contrário do "bom" capitalista, que muito legalmente explora a força-de-trabalho e rouba a mais-valia de umas centenas ou milhares de operários, o "mau" criminoso só pela violência o consegue imitar: pelo assalto, procura converter a propriedade privada alheia na sua própria propriedade privada; à demonstração de potência que dá o belo automóvel substitui a ostentação de força que lhe dá a mota; a opressão da mulher na sociedade burguesa, que o pacífico cidadão abastado exerce convertendo a esposa em animal doméstico, exerce-a ele pela violação. São os mesmos os valores que pretende obter. Por isso é um reforço da sociedade burguesa, e pode mesmo converter-se num instrumento activo do grande capital (26).

Este é um tipo de violência espontânea, e que portanto não pode, enquanto tal, deixar de servir interesses reaccionários. "Mas, perguntará o leitor, porque é que o movimento espontâneo, que vai no sentido do menor esforço, conduz precisamente ao domínio da ideologia burguesa? Pela simples razão de que, cronologicamente, a ideologia burguesa é muito mais antiga que a socialista, é mais amplamente elaborada e possui infinitamente mais meios de difusão" (27).

Pelo seu carácter espontâneo e instintivo este tipo de violência está, quanto à sua forma, nos antipodas dos golpes planificados de conspiradores, que descrevemos mais atrás. Precisamente por isso há quem pretenda considerá-la como uma violência de massas. Mas o que devemos perguntar é: quais os fins des

sa violência? Quem a dirige? É ela dirigida pelos comunistas em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, pelo derrubar da sociedade capitalista? Pelo facto de ser instintiva e não planeada, ou menos planeada do que a dos conspiradores golpistas, essa forma de violência não deixa de visar um fim eminentemente reaccionário: a ascensão marginal dentro das estruturas sociais do capitalismo e, portanto, o reforço dessas estruturas sociais. Os fascistas exprimam magistralmente este tipo de violência marginal, e sabemos demasiadamente bem como a grande burguesia dela se aproveitou para reforçar e reconstituir as estruturas do Estado burguês. Em 1932, Giménez Caballero, o introdutor da ideologia fascista em Espanha, exaltava a "tradição heróica" dos conquistadores, dos combatentes contra os Mouros, dos guerrilheiros anti-napoleónicos e "dos toureiros, dos chulitos castigadores e apaixonados da gente com sangue nas veias", e propunha a regeneração da "chuleria", à qual chamava "o heroísmo hispânico degenerado", dando à violência chula "uma alta meta nacional" (28). E nos números anteriores deste jornal tivemos oportunidade de abordar o papel do "lumpenproletariat" no reforço e na expansão da ditadura da burguesia.

Ao formular dogmáticamente o conceito de violência, o CMLP retira-lhe o seu conteúdo revolucionário, que consiste na estreita ligação aos interesses da classe operária, e redu-lo à violência segundo o senso-comum, à violência espontânea. Idealizada, mitificada, esta violência é concebida acima das classes e, por isso, pode corresponder a este tipo de violência instintiva, "pura", que descrevemos (29).

Vemos, assim, que a formulação dogmática de um conceito oculta expressões bastante distintas desse conceito. Esta é uma característi

ca do dogmatismo, que faz com que uma organização dogmática possua uma base social ecléctica, e com uma composição pouco estável, o que mais ainda acentua a sua degenerescência. Ao propôr dogmáticamente o desencadear imediato de acções armadas, o CMLP formula uma palavra-de-ordem que não corresponde a uma situação objectiva, nem a qualquer tendência da vanguarda operária, e que vai exprimir, efectivamente, duas concepções distintas, correspondendo cada uma delas aos interesses de cada um dos estratos sociais aqui analisados. A luta entre estas duas tendências, que se encobrem com as mesmas fórmulas dogmáticas, vai ser uma constante do CMLP durante este período.

Qualquer destes dois estratos sociais não só está amplamente representado na emigração, como possui na emigração os seus representantes mais característicos. O último que referimos é um produto especial da acção do meio da emigração sobre um número limitado de elementos oriundos especialmente de sectores recém-proletarizados. Quanto ao referido estrato da pequena-burguesia, os seus representantes políticos proliferam no meio emigrado: como o tipo de acções que conduzem é inevitavelmente votado ao fracasso, e como não têm qualquer radicação de massas que lhes permita a manutenção de uma estrutura clandestina, vêm-se obrigados a emigrar após cada tentativa de golpe.

Assim, a emigração vai possuir uma importância determinante na vida do CMLP, não como base de refúgio seguro de uma direcção, o que é correcto e indispensável nas primeiras fases da luta, mas como base da própria organização (30).

A DEGENERESCÊNCIA DOGMÁTICA — OS EFEITOS: A CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO

Ao admitir que o movimento operário possa chegar até às fases supe

riores da luta, até ao momento da luta armada, sem ter sido conduzido por um verdadeiro partido comunista, e ao proclamar que então, e só então, tal partido é necessário, os dirigentes da FAP-CMLP permitem-nos determinar qual a sua concepção de partido. A necessidade do partido não decorre, para eles, da necessidade de ligar a teoria comunista ao movimento operário, mas sim de uma hipotética necessidade de desencadear a luta armada. O partido comunista, partido político do proletariado, fica assim reduzido a uma central militar.

Mas enquanto a FAP-CMLP exprimia uma tendência efectiva da vanguarda operária, a organização possuía aquela pujança e vitalidade interinas que lhe eram dadas pela sua ligação com a grande classe revolucionária. Uma vez alteradas as condições objectivas da luta de classes, vimos como o CMLP se isolou da classe operária. Esse isolamento não se repercutiu unicamente na ideologia da organização e na sua base social, mas foi determinar também toda a vida interna do CMLP, bem como a sua estrutura.

Como primeiro sintoma deste isolamento do CMLP face à vanguarda do proletariado, note-se que a organização é encarada, não em relação com o processo real da luta de classes, mas "em si". Para um marxista-leninista, o partido estabelece a ligação entre a teoria comunista e o movimento operário, e só em função do desenvolvimento do primeiro destes termos e de uma análise científica do segundo é que o partido pode crescer. O que se vai passar agora no CMLP é uma consequência evidente de se ter isolado o partido, por um lado, do processo de produção da teoria comunista e, por outro, do movimento operário. O trabalho organizacional reduz-se assim a uma pura técnica, e é por isso que a imprensa do CMLP, simultaneamente com uma completa ausência de

análises científicas da realidade portuguesa, preenche um espaço cada vez maior com meditações sobre técnicas de organização, sendo efectivamente incapaz de dar um passo que seja em frente na construção da organização.

Esta degenerescência do CMLP, conseqüência do seu isolamento teórico e prático da classe operária, exprime-se sob dois aspectos: a) quanto à estruturação da organização, b) quanto à disciplina da organização.

A) As duas concepções de violência que referimos irão originar dois tipos distintos de estruturas organizacionais. Mas essa separação não se produziu ainda, nem se produzirá nesta fase. Tentativa de conciliação entre tendências opostas, o CMLP, durante a vigência da direcção saída da I conferência, desagregar-se-á tanto mais rapidamente quanto melhor essas tendências se esboçarem. Mas, por outro lado, para evitar que qualquer actuação clara leve essas tendências a definirem-se mais vincadamente ainda, a comissão directora renunciará a tomar qualquer posição que seja, tentando adiar sine die a desagregação da organização. Tão maléfica era a doença como o remédio, porque este só consistia, no final de contas, em deixar o mal agravar-se por si. É por este motivo que o CMLP, durante este período, e apesar de todas as lucubrações sobre a questão, foi incapaz de possuir um programa quanto à estrutura a tomar. As referências ao assunto, ou são contraditórias — tentativa de conciliação entre tendências discordantes — ou são tão vagas que nada dizem, o que é outra forma de conciliação, partindo do princípio que menos descontenta quem cala do que quem fala.

A melhor forma por que a direcção saída da I conferência exercia o seu trabalho conciliatório consistia nos apelos vagos ao crescimento espontâneo da organização. Durante

todo este período, a direcção irá lançando esses apelos, que não exprimiam nenhuma análise, nem revelavam qualquer trabalho concreto, demonstrando apenas a inércia prática efectiva a que a comissão directora estava condenada.

B) Não há uma "disciplina" que se oponha a uma "indisciplina". Cada tipo de organização possui uma forma específica de disciplina, a que lhe é necessária.

Qual a base teórica da disciplina comunista? Numa das obras máximas do materialismo-dialético (Que Fazer?), Lenine radica a razão de ser da organização comunista, e as características dessa organização, na distinção entre o processo de produção da teoria e o movimento operário. Deste modo, o papel da organização comunista, produtora da teoria comunista, é ligá-la ao movimento operário e dirigir esse movimento operário segundo a teoria comunista. Para o socialismo científico, a distinção entre os dirigentes e as massas, e a necessidade da disciplina, provêm precisamente da distinção entre o processo de produção da teoria e o movimento operário. Quando esta distinção desaparecer, isto é, quando a evolução do socialismo criar as condições objectivas em que todos os trabalhadores sejam produtores da teoria, e tendo desaparecido os antagonismos sociais — nessa altura estamos na sociedade sem classes, na sociedade comunista, dobram os sinos a fimados pelo Estado como instrumento de opressão de classe, e extingue-se o papel dos dirigentes políticos.

Mas os dirigentes do CMLP concebem a organização em função da luta armada. Quais as consequências desta concepção? Primeiro, vão explicar a necessidade da existência dos dirigentes por puras razões de eficácia técnica. De produtor organizado da teoria, o partido foi reduzido a quartel-general de uma de

sejada luta armada, e é somente em função das necessidades dessa luta armada que se explica a necessidade dos dirigentes. Estes, de dirigentes políticos, reduzem-se a dirigentes de tipo militar. E reside aqui precisamente a segunda das consequências referidas: perdendo a disciplina todas as motivações de carácter político comunista, as características militares que a ela presidem são forçosamente características militares reaccionárias. A ideologia que lhes preside é o senso-comum, ou seja, a ideologia reaccionária tradicional.

Evitemos, portanto, a manobra fácil de contrapor a um tipo de disciplina política comunista outra disciplina de tipo militar, porque se trata na verdade de dois tipos políticos de disciplina: um, comunista, e o outro, reaccionário tradicional.

Esta ideologia reaccionária tradicional é o fundo ideológico estratificado da sociedade, a sua concepção dominante. Na sociedade imperialista, essa ideologia espontânea é o militarismo. O militarismo está longe de se limitar ao exército. Ele constitui, na fase imperialista, o modelo de organização de toda a sociedade, regulando as relações sociais na fábrica, na família, no convívio, tal como regula as relações entre os povos. O militarismo mede a eficácia de uma disciplina pela pronta obediência com que as ordens são cumpridas. Estas podem ser executadas sem um esforço consciente de compreensão por parte dos militantes, porque a ideologia que lhes preside é o senso-comum, a ideologia reinante. Pelo contrário, na base da disciplina comunista está a compreensão das directivas por parte dos militantes. Radicalmente revolucionária, a teoria comunista é o contrário do senso-comum, ela não pode ser seguida pela inércia social, mas sim por um esforço consciente e racional para quebrar essa

inércia. Daí que seja condição necessária à obediência às directivas dos dirigentes numa organização comunista a compreensão teórica da linha geral que preside a essas direc-tivas. É esta a base da disciplina comunista.

Para que serve a disciplina? Pa-ra conservar e reproduzir as caracte-rísticas de uma organização. Se na base da disciplina comunista es-tá a compreensão teórica, o efeito dessa disciplina comunista é o de-senvolvimento do nível teórico dos militantes, da vanguarda operária, de toda a classe operária. É a este processo que obedece toda a acção política do partido do proletariado, desde os primeiros passos para se ligar à vanguarda operária. Mudando revolucionariamente as condições so-ciais, através da conquista do po-der político e da transformação so-cialista da economia, o partido do proletariado cria as condições ne-cessárias a uma reprodução cada vez mais alargada deste processo. É is-to que nós, os comunistas, entende-mos por extinção do Estado.

Os dirigentes de uma organização comunista são os melhores produto-res da teoria científica do comunis-mo. É em função dessa produção teó-rica que eles são, ou deixam de ser dirigentes, e este processo é demo-crático por excelência, porque é in-teiramente controlado pelas massas — nada há de mais público do que a produção teórica!

Mas assim como o processo de re-produção da disciplina comunista tende a reproduzir a elaboração teó-rica comunista em bases cada vez mais alargadas, o processo de repro-dução de uma disciplina oportunista mais não faz do que agravar as ca-racterísticas desta. Numa organiza-ção degenerada, a teoria é assimila-da sempre ao nível mais baixo, ao nível do senso-comum, até se identi-ficar inteiramente com ele. Expres-são do senso-comum, as directivas dos dirigentes oportunistas não se

baseiam em nenhuma compreensão teó-rica consciente, visto que a própria base do senso-comum consiste em se apresentar como a ideologia natural, espontânea, aquela que se segue in-conscientemente — e por isso repro-duz as formas sociais existentes, isto é, a ditadura da burguesia. Não exigindo uma compreensão teórica, as directivas dos dirigentes oportunis-tas apelam unicamente para a obedi-ência cega, e têm como base a passi-vidade das massas. Assim, a posição de dirigente numa organização opor-tunista depende da capacidade para iludir as massas. Para se manter co-mo dirigente, precisa de iludir as massas. Para iludir as massas, pre-cisa de impedir que estas elevem o seu nível teórico, precisa de lhes baixar sempre mais esse nível teóri-co. E, quanto mais baixo fôr o ní-vel teórico das massas, melhor o di-rigente oportunista as pode iludir. É este o processo por que se repro-duz a disciplina reaccionária numa organização oportunista.

A DEGENERESCÊNCIA DOGMÁTICA — OS EFEITOS: DEGRADAÇÃO DA ALIANÇA OPE-RÁRIO-CAMPONESA

Por último, vejamos as consequên-cias do isolamento do CMLP em rela-ção à classe operária numa questão da maior importância: a aliança ope-rário-camponesa.

O que é a aliança operário-campo-nesa?

Para os marxistas, o campesinato não constitui nenhum bloco. É forma-do por diversas classes proprietá-rias da terra que têm como caracte-rística comum trabalharem elas pró-prias essa terra (empregando ou não assalariados, ou empregando-se ou não elas, durante parte do ano, co-mo assalariados). A estrutura das diversas classes existentes no inte-rior do campesinato depende do grau de desenvolvimento que tiverem atin-gido as relações capitalistas no campo, da mecanização do trabalho

agrícola, do desenvolvimento e do tipo de desenvolvimento do sector industrial no país em questão, etc. Assim, no seio do campesinato, processa-se uma luta entre as diversas classes que o compõem. As características e o grau de agudização dessa luta variam de país para país e de período para período, consoante os factores que acabámos de indicar.

Não sendo o campesinato um bloco e portanto não tendo todas as classes que o compõem a mesma posição face à luta do proletariado, é fácil de ver que a palavra-de-ordem da aliança operário-camponesa tem o carácter de universalidade abstracta. E é essa precisamente a sua qualidade. Ela indica que em todos os países e em cada uma das fases da luta o partido da classe operária deve proceder à análise das diversas classes componentes do campesinato, definindo quais aquelas em que nos apoiamos, quais aquelas com que nos aliamos, e quais aquelas que combatemos. A palavra-de-ordem da aliança operário-camponesa não elucidada, por si só, toda a tarefa prática. Ela indica a necessidade de procedermos a uma análise científica do campesinato e de fundarmos sobre essa análise a nossa actividade de prática.

Os revisionistas de Cunhal rejeitam a aliança operário-camponesa e substituem-na pela aliança do proletariado com a burguesia liberal, o que significa na realidade que entregam o proletariado à condução da burguesia liberal. Ao rebelar-se, em 1962-1964, contra a direcção revisionista, ao pretender conduzir contra a burguesia liberal a violência por esta desencadeada e controlada — como referimos no artigo anterior —, a vanguarda operária, rejeitando a aliança com a burguesia liberal, pôde então propôr-se a aliança com o campesinato, condição da hegemonia do proletariado no processo revolucionário. Vimos que a

tentativa de lançar contra a burguesia um tipo de violência burguesa redundou num fracasso, como não podia deixar de ser. Mas o que importa sublinhar é que, no próprio contexto das suas limitações, o movimento operário em 1962-1964 tomou consciência de algumas das armas essenciais para a sua vitória.

Mas agora, na fase que é objecto de estudo neste artigo, as acções armadas que se pretende desencadear já não exprimem uma tendência da vanguarda operária, e por isso o CMLP se isola do movimento operário. Um dos efeitos desse isolamento foi a degradação da concepção de aliança operário-camponesa.

Na base das acções violentas que o CMLP propõe estão agora concepções de violência isoladas da classe operária, e que por isso não podem conduzir a uma verdadeira guerra do povo, isto é, à luta armada das massas trabalhadoras dirigidas pelo partido da vanguarda do proletariado. Assim, para o CMLP, a Frente popular — que deveria ser a expressão orgânica da aliança operário-camponesa — perde o seu carácter de organização política que enquadre as vastas lutas das massas trabalhadoras, e reduz-se a uma espécie de exército, ou antes, a um destacamento militarizado que trate de impôr, do exterior do movimento de massas e perante a passividade das massas trabalhadoras, os seus golpes armados. Em resumo, a Frente política converte-se em grupo "guerrilheiro". É esta a primeira consequência da degradação da aliança operário-camponesa.

Desta forma, a aliança operário-camponesa deixou de ser uma aliança política, exigida pelo próprio processo económico e pela situação da luta de classes, e converte-se na procura de um apoio logístico (isto é, tático militar). É por isso que os dirigentes do CMLP não sentem a necessidade de proceder a uma análise de classes do campesina

to, tomando-o em bloco. Por um lado, o que interessa verdadeiramente ao grupo de activistas não é a luta ma ciça daqueles sectores do campesinato susceptíveis de servirem de apoio ao proletariado ou de se alia rem a ele, sob a condução do parti do da vanguarda operária, mas sim o campo geogràficamente, como refúgio, esconderijo ou ponto de partida pa ra as acções. É evidente que, pa ra este fim, não importa proceder a uma análise de classes do campesinato. Por outro lado, esse grupo não procura o apoio activo das vastas massas trabalhadoras do campo. Iso lada das massas, a sua luta pressu põe mesmo a passividade destas. Quan do precisa do apoio dos camponeses é a título individual, como guias ou pontos de apoio, e para a selec ção destes o critério é militar, e não político. Trata-se de saber quem pode dar melhores informações, quem melhor conhece certo caminho, ou quem pode melhor esconder deter minado material, e pode mesmo acon tecer que para algum destes efei tos o camponês rico seja preferível ao camponês pobre — sempre segundo o critério militar, lembremos. Por isso, a análise política das diver sas classes que compõem o campesinato não só é, para o grupo de acti vistas isolados das massas trabalha doras, inútil, como é até impossí vel. Eis a segunda consequência da degradação da aliança operário-cam ponesa.

Por isso se ocultam os profundos antagonismos existentes no seio do campesinato, privando a classe ope rária do apoio e da aliança das classes mais revolucionárias do cam pesinato. A I conferência, para cum prir o papel que lhe cabia de conci liar as tendências adversas, não pôs sequer o problema da distinção de classes no seio do campesinato, formulando a palavra-de-ordem da aliança operário-camponesa sem ten tar definir a política de alianças da classe operária em relação às di

versas classes do campesinato (31). Mais: numa das reuniões ampliadas preparatórias da conferência, alinha varam-se algumas considerações, ex tremamente dogmáticas, vagas e super ficiais, sobre a evolução económica nacional e a luta de classes em Por tugal; pois nem aí se tentou definir, mesmo que só em esboço, a divisão de classes no seio do campesinato(32); apesar disso, estas vaguíssimas re ferências à situação concreta portu guesa, criando um elemento de dis córdia entre as tendências, obstavam à função ecléctica e conciliatória da conferência. Por isso, todas as conclusões desta reunião ampliada desaparecem no documento em que se publicam as conclusões da I confe rência. E assim o CMLP se pode orgu lhar da brilhante proeza de reali zar uma conferência em que não há uma só alusão, por mais vaga que se ja, à situação concreta do país! Aliás, veremos no próximo artigo que a II conferência, neste ponto, se guiu as pisadas da primeira... Du rante a actividade da direcção saí da da I conferência, só uma vez se abordou o problema da divisão do campesinato em diversas classes dis tintas (33). Mas com que fim? Não para mostrar a existência de uma lu ta de classes no seio do campesinato, mas para dizer que certas clas ses do campesinato têm contradições com outras classes não camponesas. Assim, nem sequer é posta a questão essencial de definir com que clas ses do campesinato o proletariado se vai aliar nesta fase da luta, e como evoluirá essa aliança. É por isso que, embora pareça afirmar o contrário, a direcção do CMLP toma o campesinato em bloco, ocultando os seus antagonismos internos (34).

A aliança com o campesinato é o aspecto mais vital da política de alianças do proletariado. Por isso, a degradação da aliança operário-camponesa exprime a degenerescên

cia de toda a política de alianças. Além disso, a política de alian

A LUTA ENTRE AS DUAS TENDÊNCIAS
E OS "MISTÉRIOS" DA COMISSÃO DIREC-
TORA. A RUPTURA.

ças trata, por definição, de questões práticas, concretas. Assim, é este um dos pontos em que o dogmatismo mais rapidamente é obrigado a rever as suas fórmulas tradicionais, em virtude da pressão das circunstâncias concretas. É por isso que o problema das alianças é um dos primeiros pontos em que a ideologia dogmática se transforma em ideologia declaradamente revisionista.

Um dos aspectos mais notáveis da degradação da política de alianças é a questão da pequena-burguesia. Efectivamente, a pequena-burguesia constitui o terreno de eleição para as alianças da classe operária, e uma correcta política de alianças do proletariado depende de uma correcta análise dos diversos sectores da pequena-burguesia. Já ao abordar mos a questão da aliança operário-camponesa afluímos implicitamente este problema, visto que parte do campesinato constitui um sector da pequena-burguesia (os camponeses independentes que não empregam mão-de-obra assalariada são ao mesmo tempo trabalhadores e proprietários dos seus meios de produção e, por isso, pequeno-burgueses). E assim como, então, era condição de uma política de alianças oportunista considerar-se o campesinato em bloco, agora é condição desse oportunismo considerar-se, por um lado, a pequena-burguesia em bloco e, por outro, confundí-la com a "burguesia pequena", isto é, com as camadas economicamente mais fracas da burguesia capitalista (35). Não procedendo a uma análise da pequena-burguesia, e confundindo-a com camadas de outra classe, os dirigentes do CMLP deixam o caminho aberto para, na prática, subordinarem a organização aos interesses de sectores da pequena-burguesia, ou de sectores ideologicamente vinculados à pequena-burguesia. Isto é, aliás, expressão da nova base social do CMLP.

Não têm razão aqueles que vêem a origem da inactividade da comissão directora em defeitos pessoais dos seus membros, e que a acusam de ineficácia. Ela foi eficaz, precisamente porque nada fazia — era essa a sua eficácia precisa, porque não há nenhum padrão universal de eficácia acima de objectivos específicos determinados. E, como a eficácia e o objectivo da comissão directora era o de nada fazer, para evitar que se precipitasse a cisão entre as duas tendências que se degladiavam no seio do CMLP, os seus membros centrais têm as características psicológicas adequadas: inacção, passividade, moleza de decisões, espírito conciliatório. Não são as características psicológicas dos seus componentes que determinam o tipo de actividade de um organismo, mas sim esse organismo que determina, pelas funções específicas a que se destina, as características psicológicas dos elementos que o hão-de compôr.

No interior da comissão directora, o lugar principal coube a "Sérgio". Além de possuir todas as características psicológicas indicadas atrás, "Sérgio", em 1961, quando militante do partido revisionista, fora preso pela Pide e denunciara camaradas seus. Tendo ascendido dentro do CMLP, procurava que a sua traição não fosse conhecida, no que era ajudado pelos elementos que encabeçavam cada uma das tendências: sob a ameaça de revelarem a sua traição, obrigavam "Sérgio" a moldar-se às mais diversas exigências de cada um dos campos. O mais facilmente sujeito às pressões de todo o lado, era ele o elemento conciliatório por excelência. Assim se explica o lugar de destaque que pôde ocupar durante dois anos um personagem que, à mediocridade intelectual, aliava o facto de ser um delactor.

Por outro lado, além de um grupo restrito de elementos exclusivamente conciliatórios, a comissão directora ia englobando mais ou menos representantes de cada uma das tendências, consoante o seu peso respectivo nos diversos momentos. Esta a explicação de outro dos "mistérios" do CMLP durante este período: a fluidez do pessoal directivo.

Exemplo da luta de tendências no interior da comissão directora é um projecto de comunicado a propósito da LUAR (36). Esse projecto insere-se na linha de actuação da tendência representativa dos sectores da pequena-burguesia que referimos. Partidária de acções armadas que se podiam desencadear de imediato ou em qualquer altura, porque as não pensava em relação com a situação económica e social, nem como resultado da acção das massas trabalhadoras, esta tendência vê na LUAR um instrumento ideal para os seus planos.

A LUAR declarava ser uma organização militar e não política. "Não se trata de mais um partido político... A LUAR é, antes de tudo, uma organização para a acção...", diz num seu comunicado (37). O que a LUAR na realidade pretendia fazer era uma união entre a classe operária e amplas camadas da burguesia na qual a classe operária não poderia defender os seus fins próprios, ficando, por conseguinte, entregue à condução da burguesia. "A LUAR é uma organização Democrática, Antifascista, que abre os braços a todos os portugueses que desejam destruir, com armas na mão, o regime infame de Salazar. A LUAR repudia, como sendo favoráveis ao inimigo comum dos democratas, todas as polémicas com organizações já existentes" (38) — o que significa, sejam bem-vindos os burgueses e estejam certos de que impediremos que vos critiquem. Mas, não pretendendo criar uma estrutura política, faltavam à LUAR, por um lado, contactos entre os trabalhadores que lhe for-

necessem a cobertura necessária aos seus golpes e, por outro, uma ideologia política demagógica que lhes desse uma aparência "de esquerda".

Assim, a referida tendência pequeno-burguesa do CMLP vai procurar estabelecer uma aliança entre a LUAR e o CMLP. O CMLP daria à LUAR os contactos políticos e a cobertura demagógica de que esta precisava e a LUAR converter-se-ia no grupo de acções armadas do CMLP. O projecto de comunicado é um dos passos desta tática.

Esse projecto começa por aprovar o tipo de acções terroristas, isoladas das massas trabalhadoras, que a LUAR conduz: "Estas acções podem servir a causa do proletariado e das largas massas populares, a causa da revolução popular. Isto porque são a demonstração incontestável de que o fascismo... pode ser batido com meios muito reduzidos, de que uma série de acções, devidamente preparadas e executadas, se pode fazer com relativa facilidade" (39). O tipo de golpes da LUAR só pôde ser levado a efeito porque subentendia a passividade das massas. Diz-se que a sua força foi apanhar desprevenido o aparelho repressivo. Na verdade apanharam "desprevenido" o aparelho repressivo porque não foram o resultado de um crescendo revolucionário da luta da classe operária e das massas trabalhadoras — e por isso esta tão apregoada "força" não é mais que a verdadeira, a real fraqueza deste tipo de acções. Pretender conduzir este tipo de acções é, por isso mesmo, pretender manter a passividade das massas trabalhadoras, o que significa que, afastadas estas da condução do processo revolucionário, não poderão controlar a tomada do poder nem o exercício do poder revolucionário. É por isso que a consequência destas tão celebradas "revoluções" que têm como causa uma sucessão de golpes terroristas e como base a passividade das massas só pode ser uma: a subs-

tituição de um por outro sector da burguesia no exercício do poder de Estado e a continuação da ditadura burguesa que, no final deste processo, sai reforçada (40). Bem pode o projecto de comunicado dizer que "estas acções podem servir a causa do proletariado e das largas massas populares". Isto não passaria, na melhor das hipóteses, de intenções piedosas. A emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores e não de acções isoladas das massas trabalhadoras e que os trabalhadores não controlam. Mas, na realidade, pôr as acções da LUAR "ao serviço do proletariado" significa, para a tendência golpista pequeno-burguesa do CMLP, agregar uma a outra organização. É por isso que o projecto de comunicado, depois de ter sublinhado que a LUAR se organiza como "uma estrutura militar e não sob a forma de partido político", pode falar da criação de um "Exército Popular" (41) — leia-se: o tal grupo armado desligado das massas — sem a existência de qualquer Frente que enquadre as vastas lutas das massas trabalhadoras. Para os elementos da tendência golpista pequeno-burguesa do CMLP este "exército popular" não seria, na realidade, senão a LUAR. Este plano exprimia-se de uma forma velada, mas a situação não estava ainda madura para permitir uma defesa clara de tal projecto. Por enquanto, tratava-se de sondagens, e é nelas que o projecto de comunicado se integra.

Embora passado a stencil, nunca chegou a ser distribuído. Os comentários escritos à margem, à mão, no exemplar que serviu para a discussão na comissão directora mostram bem que não foi posto em questão o ponto essencial do projecto de comunicado. As notas críticas incidem somente sobre dois pontos: primeiro, apontam o reduzidíssimo número de militantes do CMLP, o que, por conseguinte, lhe daria pouco peso numa aliança com a LUAR. Segundo, nota

-se que o projecto de comunicado não era claro quanto ao assunto que em princípio constituía o seu objectivo: uma apreciação das acções da LUAR. Mas a crítica fica por aqui e não expressa a sua própria posição quanto a essas acções.

A tendência interessada em estabelecer a aliança com a LUAR não pretendia, por enquanto, apresentar claramente o seu plano, e por isso o projecto de comunicado foi para a gaveta, a conciliação das tendências continuou, e cada uma delas foi preparando o terreno para a manobra final de separação.

A tendência golpista pequeno-burguesa irá deixar de pretender apoderar-se da direcção do CMLP e tratará de desenvolver secretamente as suas relações com a LUAR. Quando elas forem sólidas, abandonará em bloco o CMLP e integrar-se-á na LUAR. O estudo desta transferência e da desagregação que ela provocou na LUAR, dando origem a uma plataforma política nova, centrada em torno do jornal "O comunista", será um dos objectos do nosso próximo artigo.

Mas, ao desistir de se apoderar da direcção do CMLP, a tendência golpista pequeno-burguesa foi destruir o instável equilíbrio da comissão directora. Conciliação entre tendências, esta só duraria enquanto ambas lutassem por um objectivo comum — a direcção da organização. Desinteressando-se desse objectivo, a tendência golpista pequeno-burguesa fará desabar a comissão directora. Já não havia que conciliar o inconciliável. A separação começava efectivamente a processar-se e, deste modo, abria-se à outra tendência o caminho para a conquista da direcção do CMLP.

Publicamente, a luta veio à luz em fins de 1967, princípios de 1968, invocando como pretexto um artigo em que se teciam alguns elogios a Ernesto "che" Guevara. Escrito por um elemento conciliatório, esse ar

tigo foi tomado pela tendência que exprimia o tipo de violência instintiva dos elementos marginais como o pretexto para abrir fogo contra a tendência golpista pequeno-burguesa, da qual Guevara constitui internacionalmente um símbolo. Na verdade, o momento do ataque não dependeu da publicação do artigo — antes dele houve muitos outros pretextos que não foram aproveitados — mas sim do referido desequilíbrio no jogo de forças no seio da comissão directora.

A partir de agora, a história do movimento "à esquerda de Cunhal" não se limitará mais à histó-

ria do CMLP. As diversas tendências vão separar-se em organizações distintas, com programas distintos, e defendendo explicitamente interesses distintos. Será esse o objecto do nosso próximo artigo. Nele analisaremos os resultados da degenerescência do CMLP. E também como sobre eles pôde surgir e elevar-se a organização comunista revolucionária. Só então, clarificadas as diversas tendências e compreendido teoricamente o seu significado, podemos dizer que, luz feita, à esquerda de Cunhal os gatos deixaram de ser pardos.

NOTAS

(1) A FAP (Frente de Acção Popular) foi fundada em Janeiro de 1964 por vários elementos revolucionários dissidentes do partido revisionista, e englobava diversas correntes revolucionárias. O CMLP (Comité Marxista-Leninista Português) foi criado em Abril de 1964, existindo inicialmente sob o nome de "Comité marxista-leninista 'Revolução Popular'". Destinava-se, em princípio, a ser uma organização autónoma da FAP, enquadrando unicamente elementos comunistas. Por motivos apontados no artigo anterior, o CMLP e a FAP fundiam-se na realidade numa só organização. Contrariamente à FAP, que se extinguiu nos princípios de 1966, o CMLP prossegue hoje a sua actividade, embora tendo atravessado um processo de degenerescência que lhe deu características anti-marxistas, como veremos.

(2) Chamamos direcção de "As futuras tarefas" àquela que dominou o CMLP durante grande parte de 1966. Baptizamo-la com o nome do principal documento por ela publicado: As futuras tarefas do Comité Marxista-Leninista Português.

(3) As futuras tarefas do Comité Marxista-Leninista Português, Junho (de 1966), p. 9, sublinhado no original

(4) Relatório de Jorge (organismo Staline), Junho de 1966, p. 4

(5) Relatório do camarada Joaquim, s.d., ps. 9, 10

(6) A I conferência do CMLP, realizada em fins de 1966, princípios de 1967, estabeleceu uma plataforma de conciliação ultra-ecléctica entre as diversas tendências reinantes no CMLP. A direcção eleita nesta I conferência tomou o nome de comissão directora.

(7) O proletário, nº 4-5, Novembro-Dezembro de 1967, p. 1

(8) id., nº 1, Maio de 1967, p. 10

(9) ver Revolução ou morte, s.d.

(10) Francisco Martins Rodrigues "Campos" foi o principal dirigente da FAP-CMLP durante o período de 1964-1965. Preso pela polícia, traiu nos interrogatórios. O nome de Campos interessa hoje unicamente para a história do movimento revolucionário. Só por isso o referimos.

No entanto, diversas organizações e tendências se empenham, hoje, em "reabilitar" Campos e outros antigos dirigentes traidores como ele, não hesitando para isso em deturpar factos e chegando até a cometer falsificações. Estes aspectos, e o significado político que encerram, serão abordados no próximo artigo desta série.

(11) As futuras tarefas..., p. 6, sublinhado no original

(12) id., ps. 3, 8

(13) Conclusões da 1ª reunião ampliada, tida em 20/11/66, preparatória da conferência do Comité Marxista-Leninista Português, sublinhado nosso

(14) id.

(15) "A frente unida popular e o P. C. marxista-leninista (ou a organização comunista que constitui o núcleo donde ele sairá)...", o que significa, implicitamente, que a Frente pode ser constituída antes de construído o partido, enquanto existir só o "núcleo" desse partido. E, no ponto 8, afirma-se claramente que a FAP deve ser constituída logo após o lançamento das bases do partido e, portanto, antes de construído o partido.

(16) ver, por exemplo, O proletário, nº 1, p. 2

(17) K. MARX e F. ENGELS, O manifesto comunista, ed. Pléiade, vol. I, p. 193

(18) Sobre a distinção entre a teoria, isto é, uma sistematização científica, e a ideologia, sistematização utópica, será esclarecedor traduzir um parágrafo de Marx: "Tal como os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária. Enquanto o proletariado não é ainda suficientemente desenvolvido para se constituir em classe, e que, por conseguinte, a própria luta do proletariado com a burguesia não tem ainda um carácter político, e as forças produtivas não se desenvolveram ainda suficientemente no seio da própria burguesia para deixar entrever as condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, esses teóricos não passam de utopistas que, para remediarem as necessidades das classes oprimidas, improvisam sistemas e correm em busca de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que a história caminha e que, com ela, a luta do proletariado se desenha mais nitidamente, eles deixam de ter necessidade de procurar a ciência no seu espírito, basta-lhes tomar consciência do que se passa perante os seus olhos e exprimí-lo. Enquanto buscam a ciência e mais não fazem do que sistemas, enquanto estão no início da luta, não vêm na miséria senão a miséria, sem verem o seu lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desse momento a ciência produzida pelo movimento histórico, e que com pleno conhecimento de causa se associa a esse movimento histórico, deixou de ser doutrinária, tornou-se revolucionária" (Miséria da filosofia, ed. Pléiade, vol. I, ps. 92-93, ou ed. 10/18, ps. 432-433). Michel Pécheux dá uma magistral definição da ideologia, ao dizer que esta "é falsa enquanto referindo-se ao objecto que visa, mas é o sintoma de uma realidade diferente daquela que visa" (M. FICHANT e M.

PÉCHEUX, Sur l'histoire des sciences, ed. Maspero, Paris 1969, p. 40).

(19) F. ENGELS, Socialismo utópico e socialismo científico, ed. Sociales, Paris 1962, ps. 68-69

(20) O novo militante, nº 1, Junho de 1967, p. 8

(21) Livro II, 3ª secção, ed. Pléiade, vol. II, p. 795

(22) K. MARX, prefácio à primeira edição de O Capital, ed. Pléiade, vol. I, p. 548

(23) p. 12

(24) Escreve Marx nos seus cadernos de estudo; ver ed. Pléiade, vol. II, p. 389

(25) Os distritos com maior percentagem de emigração (para França) correspondem às zonas predominantemente rurais do Norte e do interior, em que domina a pequena e a média propriedade. Nestes distritos, a esmagadora maioria dos emigrantes vem do sector primário (isto é, da agricultura) e só em menor número vem do sector secundário (indústria). As zonas industriais apresentam uma percentagem de emigrantes muito inferior. Finalmente, é de sublinhar que toda a zona rural do Alentejo, a única onde o cam-pesinato tem vincadas tradições revolucionárias, é a que contribui com menos emigrantes (em números absolutos e relativos).

(26) Durante alguns séculos, foi a sociedade americana a que mais emigrantes acolheu. E, durante o período áureo da expansão do capitalismo industrial americano, o emigrante estrangeiro foi a maior base social dos "gangs", que constituíram um importantíssimo instrumento da expansão capitalista. O exemplo americano, que poderia ajudar à compreensão de muitas outras situações, não tem sido praticamente estudado. O que se explica. O capitalismo não está interessado em desvendar os "mistérios" do seu maquinismo.

Os "gangs" foram a forma específica que, em condições determinadas, tomou aquele tipo de violência marginal de que esboçámos a descrição. Pensa-se frequentemente que os "gangs" se reduziam a grupos bem organizados e levando a cabo golpes minuciosamente planeados, mas separados de qualquer estado de espírito geral. É uma ideia errada. O "gang" era a expressão de um estado de espírito bastante generalizado num largo estrato social, e constituía uma consequência específica daquele tipo de violência espontânea que descrevemos.

(27) LENINE, Que fazer?, em Obras, Paris-Moscovo 1965, vol. V, p. 393; sublinhado no original

(28) Citado por Herbert R. SOUTHWORTH, Antifalange, ed. Ruedo Ibérico, Paris 1967, p. 72

(29) Queremos sublinhar que de forma alguma nos opomos, em princípio, à actividade da organização comunista entre os trabalhadores emigrados. Mas, a) a condição necessária para que uma organização comunista possua uma linha correcta é a sua radicação na vanguarda do proletariado; b) a organização só deverá trabalhar junto a outros sectores se estiver efectivamente ligada à vanguarda do proletariado, não se deixando então desviar da linha comunista; c) pretender princípios a construir uma organização dita comunista, não pela vanguarda do proletariado, que existe em Portugal, mas pelos trabalhadores mais atrasados politicamente, é dar

livre curso às tendências mais retrógradas desses sectores mais atrasados, provocando assim a degenerescência da organização; d) em conclusão: só quando estiverem bem implantados na vanguarda da classe operária, os comunistas deverão trabalhar nos outros sectores mais atrasados politicamente, em Portugal como na emigração.

(30) Esta situação tem na prática consequências anedóticas. Por exemplo: as conclusões da I conferência do CMLP foram editadas unicamente em... francês!

(31) Ver os pontos 6 e 7 da 1ª reunião ampliada preparatória da conferência, em Conclusões...

(32) Ver as conclusões da 3ª reunião ampliada, tida em 4 de Dezembro de 1966, em Conclusões...

(33) Ver O novo militante nº 2, Setembro de 1967, ps. 3-4, 4-5

(34) No período anterior à I conferência, a direcção de "As futuras tarefas" caracterizou-se, quanto a este assunto, por a) distinguir a existência de classes no campesinato com interesses antagónicos e pretender tomar este ponto como base da sua análise da aliança operário-camponesa. Mas, por outro lado, atribuía ao campesinato em bloco ideais hostis ao socialismo, o que é errado. Assim, referindo-se à vanguarda do proletariado, escreve: "...se ela se guia por palavras de ordem que, sendo-lhe extremamente importantes, podem nada dizer às outras classes populares ou até despertam a sua hostilidade (como, por exemplo, os camponeses)..." (As futuras tarefas..., ps. 4-5; ver a mesma ideia na Revolução popular nº 7, Agosto de 1966, p. 5). b) Daqui concluía que a classe operária, embora obrigada a prosseguir uma política de alianças, sem a qual não conseguiria tomar o poder político, defenderia, ao aliar-se a outras classes, interesses que não os seus — "...o militante comunista tem de começar por trabalhar virado para o proletariado e para a defesa dos seus interesses, antes de passar a qualquer outra classe" (As futuras tarefas..., p. 7). Isto é falso, visto que o proletariado só defende os interesses de outras classes enquanto estes convergem com os seus, isto é, enquanto são um elemento da construção do socialismo. Mesmo quando é obrigada a fazer concessões a outras classes, a classe operária só as faz enquanto condição para a conquista do socialismo.

Há quem acuse de trotskista a direcção de "As futuras tarefas", baseada especialmente no facto de considerar o campesinato em bloco hostil ao socialismo. É uma classificação pelo menos apressada. Nem o aspecto referido é apanágio do trotskismo — outras formas de revisionismo o têm —, nem o trotskismo se caracteriza fundamentalmente, enquanto ideologia, por esse aspecto. Mais próxima da concepção trotskista é a admissão de que as tendências políticas aliadas ao proletariado no processo revolucionário tenham de se exprimir por um partido político próprio.

Não damos relevo, no nosso artigo, à direcção de "As futuras tarefas...", porque esta representou um fenómeno esporádico e de pouco peso na vida do CMLP, tendo sido completamente eliminada.

(35) Em O novo militante nº 2, p. 3, a) entende-se por pequena-burguesia sómente a pequena-burguesia urbana, b) não se efectua nenhuma análise dos sectores de que esta se compõe e, c) parece confundir-se a pequena-burguesia com as camadas economicamente menos poderosas da burguesia capitalista. Daqui em diante, estes três erros fundamentais irão caracterizar

todas as referências à pequena-burguesia no CMLP.

(36) A LUAR (Liga de União e de Acção Revolucionária) era um grupo activista constituído por elementos pequeno-burgueses, grande parte dos quais havia estado ligada ao general Delgado ou a Henrique Galvão.

(37) Ao povo português, comunicado da LUAR em que se anuncia a acção contra a sucursal do Banco de Portugal na Figueira da Foz.

(38) id.

(39) Comunicado do secretariado da comissão directora do Comité Marxista-Leninista Português (C.M.L.P.) a propósito da Liga de União e Acção Revolucionária (L.U.A.R.), p. 1

(40) Das três acções conduzidas pela LUAR, a mais espectacular foi a do assalto à sucursal do Banco de Portugal na Figueira da Foz. Segundo um comunicado da LUAR datado de Setembro de 1968, essa acção rendeu "cerca de 29.200 contos, dos quais só 4.700 se podiam utilizar sem perigo, uma vez que o restante era constituído por notas de que a PIDE possuía o número que comunicou a todos os Bancos nacionais e estrangeiros". Que aconteceu a esse dinheiro? Diz o mesmo comunicado da LUAR: "Perseguidos pela Interpol desde a sua chegada a França, aqueles dirigentes da LUAR (Palma, Benvindo, Mortágua e Barracosa) procuraram pôr a salvo o dinheiro. E assim, tendo conhecido o Dr. Emídio Guerreiro e os seus amigos José Augusto Seabra e Fernando Echevarria, pessoas que lhes eram indicadas como sérias, não tiveram dúvidas em lhes confiar uma parte das notas marcadas e 109.438 US dólares, mais 41.000\$00 em moeda portuguesa corrente. Desse dinheiro, foram restituídos à LUAR para despesas de organização, cujo detalhe será apresentado em tempo oportuno, a quantia de 41.100 US dólares aproximadamente. Neste momento, o Dr. Emídio Guerreiro e os seus colaboradores continuam depositários de cerca de 1.955 contos pertença da LUAR. Contra tudo o que seria de esperar de pessoas tidas como honestas, estes indivíduos recusam-se a devolver esse dinheiro. A sua resposta tem-se mantido insistentemente negativa perante os pedidos feitos pelos dirigentes e fundadores da LUAR...". Que concluir daqui? Que esta acção, que implicou uma enorme coragem e arrojo por parte dos elementos que a levaram a cabo, e que custou a liberdade a mais de 20 membros da LUAR, não teve, nem para o movimento revolucionário português, nem sequer para a própria LUAR, praticamente quaisquer resultados materiais positivos. Porque é que o dinheiro pôde ficar nas mãos de três políticos, anti-comunistas e anti-populares, que o tencionam empregar, ou o empregaram já, em benefício de acções da oposição burguesa de direita? Precisamente porque se trata de golpes afastados das massas trabalhadoras, que não têm sobre eles qualquer controle. É esta a consequência forçosa de toda a acção política que pressupõe a passividade das massas trabalhadoras: redundar em exclusivo benefício dos politiqueiros burgueses.

(41) p. 3

ERRATA

Lamentavelmente, na nota 9 do artigo anterior desta série, atribuíamos à obra de Marx Comunicação ao conselho geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil em França em 1871, um texto de crítica ao blanquismo que é, na realidade, de Engels, no prefácio à obra citada.

TÓPICOS PARA UMA ANÁLISE
DO
MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS NEGROS NORTE-AMERICANOS

(continuação da pag. 17)

Apavorado com a progressiva adesão das massas e a força crescente que o partido adquiriu, sobretudo nos anos 1968-69, o imperialismo americano desenvolveu uma campanha feroz de destruição do partido através de sucessivas agressões armadas às suas sedes e instalações, bem como, individualmente, aos seus dirigentes. Entre Maio de 1967 e Dezembro de 1969, 87 Panteras negras foram presos. Entre Janeiro de 1969 e Dezembro de 1969, pelo menos 28 membros do BPP foram assassinados.

É através do processo de luta que o BPP vai definindo e depurando a sua ideologia. Embora afirmando-se marxista-leninista, a análise que propõe da evolução do sistema capitalista americano leva-o a concluir da fusão futura do proletariado no "lumpenproletariat" e, daí, da direcção revolucionária do "lumpenproletariat" e não do proletariado, o que contradiz a própria base da teoria marxista.

Pretendendo combater o imperialismo americano, o BPP não parece capaz de analisar o complexo problema da integração na sociedade americana e no modo de produção da massa oprimida negra. Com uma aparente capacidade de mobilização das massas negras em torno de "programas de sobrevivência" (organização de pequenos-almoços grátis para as crianças nos ghettos, organização de centros médicos, de tribunais populares, de actividades de carácter educativo, etc.), não consegue no entanto conduzir uma verdadeira luta das massas trabalhadoras contra o modo de produção capitalista. Por isso, essas lutas aparecem marginais ao processo de produção.

Esta posição teve como resultado o controle relativamente fácil da luta do partido pela repressão. Em consequência dos raids da polícia e das infiltrações do FBI e da CIA, o BPP, além de ter os seus quadros dizimados, vê-se absorvido numa luta legalicista nos tribunais racistas e ultra-reaccionários, em defesa dos seus dirigentes que enfrentam pesadas acusações que podem conduzir até à pena de morte.

Dividido entre a sua consciência de colonizado e a sua situação de proletário, o operário negro americano vai oscilando entre a luta limitada no ghetto e a luta verdadeiramente revolucionária contra o modo de produção capitalista. Mas a libertação negra, como a libertação de todas as classes oprimidas, só poderá atingir-se quando, ultrapassados todos os chauvinismos e particularismos e adquirido um alto nível de consciência de classe e intensidade de luta, as massas oprimidas — seja qual for a sua raiz étnica — se organizem em torno de um partido comunista revolucionário, capaz de dirigir as lutas operárias e de conduzir as massas à destruição do poder da burguesia e à instauração da ditadura do proletariado. E a conclusão a tirar destas curtas notas sobre o movimen

to revolucionário dos negros americanos é que as diferentes organizações que se vão sucedendo na vanguarda da luta mostram bem que, cada vez mais, os operários negros dos Estados Unidos tomam consciência de que é a luta contra o modo de produção capitalista e pela construção do comunismo o seu objectivo fundamental e o único caminho da sua libertação.

NOTAS

(1) O "lumpenproletariat" constitui uma massa distinta do proletariado. É formado por uma amálgama de elementos degenerados, a escória social, oriundos em geral de todas as classes sociais, e que se encontra nos grandes núcleos populacionais. A sua tendência é para ascender por meios marginais dentro da estrutura social capitalista, pelo que constitui um reforço dessa estrutura. No Viva o comunismo! nº 2-3, na nota 6 do artigo "De Salazar a Marcelo", antologiamos uma série de textos de Marx e de Engels sobre o "lumpenproletariat". Noutro ponto deste jornal focamos também o problema do "lumpenproletariat".

ERRATA

Na p. 8, 2º col., linha 3, onde se lê: cargo anual monta a 900 contos, leia-se: cargo anual global monta a 900 contos.